



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO  
MESTRADO EM TURISMO**

**TATIANA MORITZ**

**TURISMO NO ESPAÇO RURAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS: uma análise  
das percepções da Comunidade do Catu/RN.**

NATAL/RN

2010

**TATIANA MORITZ**

**TURISMO NO ESPAÇO RURAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS: uma análise  
das percepções da Comunidade do Catu/RN.**

Dissertação submetida à defesa do Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN, como requisito para a obtenção do título de mestre em Turismo.

Orientadora: Profª Drª Lore Fortes

NATAL/RN

2010

Tatiana Moritz

**TURISMO NO ESPAÇO RURAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS: uma análise  
das percepções da Comunidade do Catu/RN.**

Projeto de Dissertação apresentado ao  
Programa de Pós-Graduação em Turismo da  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,  
como requisito para a obtenção do título de  
Mestre em Turismo.

Natal/RN, 01 de outubro de 2010

---

Lore Fortes, D.Sc. –Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientadora

---

Maria Lúcia Bastos Alves, D.Sc. – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Banca Examinadora

---

Flávio José de Lima Silva, D.Sc. – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Banca Examinadora

À minha mãe, por tudo que ela representa para mim. Um exemplo de coragem, garra e dedicação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado sabedoria, força e vontade que me tornaram capazes de realizar este trabalho.

À UFRN, pelo apoio técnico-científico disponibilizado durante o curso.

A minha família pelo suporte emocional, intelectual, acreditando nas minhas empreitadas, em especial a minha mãe, Rosaura Maria Fontoura. Sem este exemplo de mulher eu não teria chegado até aqui, pois ela, e minha tia, Rachel Fontoura dos Santos Lima, foram as responsáveis pelo meu ingresso no curso de Turismo.

A minha vizinha, Tyrsa Beledelli Fontoura, por todo amor, carinho e dedicação pela família. Uma companheira incondicional.

Ao meu amigo, companheiro, Paulo Maycon Costa da Silva, por todo seu tempo dedicado a me apoiar, a sua paciência, acreditando na minha capacidade, não me deixando desistir de alcançar meu objetivo.

À Professora Lore Fortes, o que seria de mim sem ela. Uma pessoa doce, profissional, sempre pronta para oferecer uma palavra de carinho. Dura, também, quando deveria ser, mas para que eu pudesse dar o melhor de mim. Obrigada por todo o incentivo, por não desistir de mim, mesmo quando a situação parecia desandar, por me fornecer um mundo novo de leituras e correntes teóricas. Sem você, sem a sua paciência, eu não teria conseguido.

As amigadas sinceras que surgiram a partir desse mestrado, que não me deixaram desanimar, que, em momentos de fraqueza, de vontade de desistir, me ajudaram a acreditar que concluiria este trabalho. Pamela Brandão, Salete Gonçalves, Ana Carolina Vilela, pessoas especiais com as quais compartilhei madrugadas sem dormir, discussões teóricas, viagens e a vida pessoal. Andre Lacerda, confidente e amigo verdadeiro, com o qual compartilhei tantos momentos bons desde 2003, a dança, a profissão, o mestrado. Ana Jaimile da Cunha, pessoa batalhadora, que te faz rir e viajar nos pensamentos.

A minha grande amiga, xará, Tatiana Barbosa Galvão, sempre ao meu lado, para me consolar quando nas horas de desespero, para me motivar. Uma amiga, uma irmã pra todas as horas.

Aos professores do curso de turismo da UERN pelo suporte intelectual, pelas palavras motivadoras, por entenderem minhas ausências. Em especial,

Michele Galdino Câmara e Marília Medeiros, pela amizade, pelo carinho, pelo apoio emocional.

Ao Professor Jossylúcio Jardell de Araújo pela disponibilidade em georreferenciar o Catu e elaborar os mapas presentes no trabalho

Ao pedagogo, Wandregecílio Arcanjo da Silva, morador do Catu, por ter me recebido de forma tão acolhedora, pela disponibilidade em ajudar na coleta das informações, por me apresentar a verdadeira e apaixonante comunidade do Catu.

À comunidade do Catu pela receptividade, por responder prontamente às entrevistas, por acreditar nesse trabalho.

Por fim, a todos os professores do Programa e Pós-Graduação em Turismo da UFRN pelos seus ensinamentos.

## RESUMO

O Turismo no espaço rural se apresenta como uma prática no contexto da pluriatividade que se desenvolve nos espaços rurais, introduzindo o setor de serviços interno à propriedade rural. Nesse contexto surge o turismo rural comunitário como uma opção de desenvolvimento em comunidades rurais que mantêm características étnico-culturais solidificadas, cujo interesse de visita seja motivado pela cultura. Diante dessa realidade, o presente estudo procurou investigar a relação entre o contexto sociocultural e o desenvolvimento do turismo rural, a partir das percepções da população do Catu. A área pesquisada é uma comunidade rural, cujo rio do mesmo nome a separa geograficamente em dois municípios, Catu/Goianinha-RN e Catu/Canguaretama-RN, que tem como base econômica a agricultura familiar. O potencial turístico rural desta comunidade é significativo, frente aos atrativos culturais e naturais presentes. A comunidade Catu é considerada remanescente da cultura indígena dos Eleotérios no Rio Grande do Norte. Para fins desse estudo, teve-se por base a fenomenologia, cuja pesquisa se configura como exploratória, de abordagem qualitativa. A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso. O universo da pesquisa foi determinado por uma amostragem não-probabilística intencional e a coleta de dados feita por entrevistas e observação participante. Constatou-se que a comunidade do Catu tem uma relação de pertence quanto a identidade indígena, porém, como manifestação cultural, somente reconhecem a dança do Toré. Poucos são aqueles que compreendem o verdadeiro significado do turismo no espaço rural, mas sabem elencar os atrativos do local como as trilhas na mata, as plantações, casa de farinha e a dança. É um local com consideráveis problemas sociais, mas repleto de satisfação por parte de quem mora no Catu. Para os moradores o turismo é bem vindo, fomentará mudanças e auxiliará na manutenção dos aspectos étnico-culturais locais.

**PALAVRAS-CHAVES:** Turismo no espaço rural. Cultura. Comunidade tradicional.

## ABSTRACT

Tourism in rural areas is presented as a practice in the context of multi-activity that develops in rural areas, introducing the service sector to domestic farm. In this context arises the rural community tourism as an option for development in rural communities that maintain ethnic and cultural characteristics solidified, whose interest visitation is motivated by culture. Given this reality, this study sought to investigate the relationship between the sociocultural context and the development of rural tourism, from the perception of the population of Catu, Rio Grande do Norte, Brazil. The studied area is a rural community whose river of the same name separate geographically the community in two districts, Catu/Goianinha-RN and Catu/Canguaretama-RN, whose economic basis of family farming. The tourist potential of this rural community is significant, compared to cultural attractions and natural gifts. The community is considered remainder of the indigenous culture of Eleotérios in Rio Grande do Norte. For purposes of this study was to pro basic phenomenology, whose research designed as exploratory, qualitative approach. The research strategy used was case study. The research was determined by an intentional non-probabilistic sampling and data collection was done through interviews and participant observations. It was found that the community has a relationship Catu belongs as indigenous identity, but as cultural event, only recognizes the dance Toré. Few are those who understand the true meaning of rural tourism, but they know to list the attractions of the place as the trails in the forest, plantations, flour mill and dance. It is a place with considerable social problems, but full of satisfaction by those who live in Catu. For residents tourism is welcome, encourage change and help in keeping the culture ethnic aspects sites.

**KEYWORDS:** Tourism in rural areas. Culture. Traditional community

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Credenciamento da caminhada organizada pela EMATER/RN. ....	29
<b>Figura 2:</b> Localização da Comunidade do Catu.....	38
<b>Figura 3:</b> Condições das vias de acesso a comunidade do Catu. (a) exemplo de transporte dos moradores para as feiras livres da região. (b) entrada principal da comunidade por Goianinha. ....	40
<b>Figura 4:</b> Áreas de plantação, paú.....	44
<b>Figura 5:</b> (A) Uso indevido do Rio para lavagem de roupas e utensílios domésticos. (B) Rio Catu.....	47
<b>Figura 6:</b> Trilha no interior da APA. ....	48
<b>Figura 7:</b> Morador da Comunidade do Catú, representando a cultura indígena.....	54
<b>Figura 8:</b> Preparação para dança do Toré. (A) Crianças customizadas iniciando a roda. (B) modelo da fogueira que fica ao centro.....	55
<b>Figura 9:</b> (A) rua do Catu/Canguaretama. (B) residência do Catu/Goianinha.....	56
<b>Figura 10:</b> Artesanato comercializado na caminhada de 2008.....	58
<b>Figura 11:</b> Cabaça utilizada na confecção de garrafadas para cura de doença. ....	59
<b>Figura 12:</b> Sinalização da trilha tupinambá feita para a caminhada de 2008. ....	60
<b>Figura 13:</b> Ruínas da cabana do José de Uruçu. ....	61

## **LISTA DE SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

COEPPIR – Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Social

EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do RN

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN

MTur – Ministério do Turismo

RN – Rio Grande do Norte

SETURDE - Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Natal

TBC – Turismo de Base Comunitária

TRC – Turismo Rural Comunitário

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I O ESPAÇO RURAL E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS.....</b>	<b>22</b>
1.1 TURISMO NO ESPAÇO RURAL: ALÉM DAS CIDADES .....	23
1.2 TURISMO RURAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	30
<b>CAPÍTULO II CATU/RN: LUGAR BOM DE VIVER E CONHECER .....</b>	<b>36</b>
2.1 CONHECENDO O CATU/RN .....	37
2.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA COMUNIDADE DO CATU/RN.....	42
2.2.1 Relação entre a Comunidade e o Rio Catu.....	46
2.2.2 Relação dos moradores com a Mata Nativa (APA).....	47
<b>CAPÍTULO III ASPECTOS TURÍSTICOS E A CULTURA LOCAL DO CATU/RN..</b>	<b>50</b>
3.1 TURISMO E CULTURA .....	51
3.2 CATU E SEU PATRIMONIO CULTURAL SOB O OLHAR DOS MORADORES	53
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>68</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

O Turismo, importante mecanismo de transformação econômica, cultural e social, acompanha os contingentes das mudanças humanas. Se no passado o turismo era expressivamente desenvolvido em cidades detentoras de maior infraestrutura ou em *resorts*, tal como o turismo de massa, caracterizado por produtos artificiais; na sociedade contemporânea, apesar da presença significativa do turismo de massa, o que se percebe é uma tendência de revalorização do campo, justamente pelos desejos e necessidades dos novos turistas e da ressignificação do próprio turismo. (BENEVIDES, 2002).

Esses novos turistas apresentam características peculiares, por defender ou possuir (a) valores calcados na preferência pelo real e natural; (b) um estilo de vida que valoriza o tempo livre, a vivência de emoções, a partir das características dos recursos, como motivador; (c) atitudes diferenciadas perante a natureza e os recursos culturais e artísticos. (VIEIRA, 2004). Essa concepção é corroborada por Dias (2007), ao relatar que este novo modelo resulta de uma mudança de valores e hábitos, em que as pessoas buscam melhorar sua qualidade de vida, que condiz com a procura por ambientes saudáveis emoldurados pela natureza exuberante.

Destarte, o novo turismo se conforma como importante mecanismo de transformação cultural e social, não se restringindo a mudanças econômicas. Sendo na atualidade defendido como um fenômeno humano. Como enfatizado por Dias (2003) e Trigo (2004) quando apontam o turismo como sendo, além de um fenômeno econômico, um fenômeno social, que serve como meio de comunicação e interação entre diferentes povos. Permite o aumento da sociabilidade dos turistas e a troca de conhecimentos entre moradores e visitantes, ao passo que possibilita um encurtamento da distância social entre diferentes etnias, raças e culturas, possibilitando uma maior inclusão social.

Em atendimento a estas novas especificidades do turismo e considerando as emergentes preocupações com os problemas sócio-ambientais, tais como os índices de pobreza, baixa escolaridade, uso indevido da terra, acentuadas principalmente em áreas rurais, surgiu a modalidade de turismo no meio rural. Apresenta-se como uma alternativa de atender ambas as questões, pois ao passo que possibilita o atendimento das novas expectativas dos turistas, contribui no processo de

desenvolvimento local, dito por Amaro (2003) como um processo de transformação alicerçado em uma comunidade territorial, iniciado a partir da verificação das necessidades não atendidas, as quais serão resolvidas com prioridade levando-se em consideração as disposições locais; o que prediz uma articulação necessária, que configura uma ação participativa.

De tal modo, esse segmento do turismo se apresenta como uma alternativa produtiva no meio rural, um caminho de complementação da renda familiar, introduzindo o setor de serviços interno à propriedade rural.

No que tange à sua existência, sabe-se que o turismo no meio rural é praticado amplamente nos Estados Unidos e na Europa, onde os atrativos se concentram na originalidade da agricultura e no pastoreio de montanha, na América Latina é tido como fenômeno recente. Os primeiros relatos remontam meados dos anos 1980, cujo surgimento é pautado em fatores de ordem econômica, social, cultural e política. (PORTUGUEZ, 2006; MALDONADO, 2009). Entretanto, sua projeção enquanto importante segmento do mercado só veio a ocorrer, efetivamente, nos últimos dez anos do século XX, tendo incentivo de inúmeros segmentos da sociedade para sua consolidação. Isto porque visualizaram, nesse nicho de mercado, uma oportunidade de reinserção sócio-produtiva de comunidades rurais dotadas de potencialidades competitivas. (PORTUGUEZ, 2006).

Segundo o marco conceitual dessa nova modalidade de turismo não há um consenso quanto a sua definição. O pressuposto de que o termo “turismo no espaço rural” é mais adequado pode ser observada em estudos de José Graziano da Silva (1996) e Adyr Balastrieri Rodrigues (2001). Para estes autores, o turismo no espaço rural compreende uma variedade maior de atividades, não excludentes e complementares, das quais fazem parte segmentos como ecoturismo, turismo de lazer, turismo étnico-cultural bem como o turismo rural na sua essência. Pode-se dizer, de forma mais simplificada, que o turismo no espaço rural é a soma de todas as modalidades citadas, (DALE; GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO, 2004) sendo esta expressão mais abrangente, na medida em que o turismo rural destina-se apenas “às manifestações que se identificam com a vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura”. (CALZ; CAPELLÀ, VAQUÉ, 1995).

Vale salientar que o turismo no espaço rural apresenta atributos que, para Joaquim (2001), o tornam “verdadeiramente rural”, levando-se em consideração a

qualidade ambiental, a tranquilidade e possibilidade de contatos personalizados, que cercam esses espaços.

Quanto ao turismo rural, o Ministério do Turismo - MTur (BRASIL, 2004b) define como “um conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. No entanto vem estabelecendo novos conceitos como o turismo na agricultura familiar em consonância com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, sendo assim o termo turismo rural perfaz um modalidade do turismo no espaço rural.

Não obstante a complexidade de definições sobre o assunto, todas convergem na compreensão do turismo rural como uma prática no contexto da pluriatividade que se desenvolve nos espaços rurais. A diferença entre as modalidades denota-se nos equipamentos (alimentação, hospedagem, recreação) utilizados e nas paisagens rurais. (CALS; CAPELLÀ; VAQUÉ, 1995). Portanto, para fins desse trabalho será considerado como norteador o conceito de turismo no espaço rural, enfocando as discussões acerca do turismo rural comunitário.

Isto posto, Andréia Roque, Presidente do Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural, relata a existência de estudos que apresentam a taxa anual de crescimento do turismo rural no Brasil na ordem de 30%, perfazendo um montante de 2,4 milhões de turistas ao ano e mais de 1500 postos de trabalho. (PORTAL INVESTNE, 2009). Se a tendência ponderada por Andréia é animadora e desperta alternativas, por outro lado, reveste-se de derradeiras preocupações quanto à forma como este desenvolvimento acontecerá, visto que é nos ambientes rurais que se encontram as áreas mais frágeis, com menores níveis de condições de vida das comunidades em geral, quer seja, em questões financeiras ou educacionais. A integração frequente entre espaços protegidos, espaços com capacidades de cargas reduzidas e espaços tradicionais e áreas pobres, presente no turismo rural, também suscitam inquietações, pela sua vulnerabilidade física e social. (CAVACO, 1996).

Todavia, não se pretende defender que o turismo no meio rural deixe de ser praticado, e sim que este seja realizado com cautela e de forma planejada considerando as fragilidades das comunidades. Conforme observado por Ruschmann (2000), na medida em que se criam novos espaços receptivos ao turismo, impõe-se uma pressão maior de planejamento e de arranjos institucionais que priorizem a participação qualificada do Estado, das empresas e das

comunidades que recebem os visitantes. Essa perspectiva impõe sempre um equilíbrio difícil em que, de um lado encontram-se os visitantes e do outro a necessidade de se proteger o patrimônio cultural e ambiental, nos quais estão inseridas as populações locais.

Logo, o turismo torna-se um instrumento de desenvolvimento, que mesmo gerando impactos negativos, possui a capacidade de promover significativas transformações sociais positivas nas comunidades que o desenvolvem. Quanto menor o fortalecimento da comunidade, maiores as possibilidades de artificialização, através da espetacularização, e outros impactos negativos. No entanto, quanto maior o fortalecimento e a organização da população local, maiores as possibilidades de efeitos positivos, tais como a geração de novas fontes de renda, fomento do artesanato, benefícios sociais por intermédio de melhorias na educação, na saúde, na infra-estrutura básica; melhorias ambientais na conversação patrimonial, educação ambiental; e valorização da cultura pelo fortalecimento da identidade, herança cultural. (RUSCHMANN, 2000; GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Diante desse quadro, faz-se necessário emanar a idéia de humanização das viagens, modificando o cotidiano destas a fim de estabelecer um contato com a comunidade receptora que a beneficie. (KRIPPENDORF, 2002). O turismo de base comunitária, ao proporcionar a ampliação das práticas cotidianas, insere-se em um conjunto de atividades que representam uma nova multifuncionalidade dos espaços rurais. (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Por esse motivo convêm considerar o turismo rural comunitário como uma opção de desenvolvimento em comunidades rurais que mantêm características étnico-culturais solidificadas, cujo interesse de visita seja motivado pela cultura, numa fuga aos *não-lugares* constituídos pelo modelo de desenvolvimento economicista. (CRUZ, 2007).

No âmbito do Rio Grande do Norte, não diferente dos demais destinos litorâneos, percebe-se que ainda predomina o turismo de sol e mar, cujo fluxo turístico se concentra especialmente no Destino Natal. Dados da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Natal - SETURDE (2009) revelam que a maior parcela dos turistas que visitam a cidade são motivados por elementos que constituem este segmento. Enquanto aqueles que vêm motivados por aspectos mais ligados à cultura e ao meio ambiente rural, ainda não se tornam representativos no montante da demanda turística.

Esta realidade não denota necessariamente a inexistência de um mercado em potencial que permita o desenvolvimento do turismo no meio rural, mas sim, que as ações do Estado, nas últimas décadas não vem sendo direcionadas para a atração deste público. Entretanto, em face do Programa de Regionalização do Turismo desenvolvido pelo Mtur em 2004 iniciaram-se os esforços para desenvolver outros segmentos do turismo, no qual a interiorização é priorizada quando consideram as riquezas de outros municípios, igualmente detentores de preciosos recursos naturais e histórico-culturais.

A segmentação turística auxilia na implantação de um Turismo direcionado a um público específico, que desempenhe devidamente suas funções com o turista, o setor público e privado, e, sobretudo com a comunidade autóctone. O Turismo Cultural proporciona o diferencial a ser vivenciado pelo visitante, capaz de contribuir com a manutenção e renovação da cultura local. Este segmento estimula os moradores locais a continuar suas manifestações de identidade através da sua valorização enquanto atrativo principal. (BARRETO, 2003).

O mercado do Turismo Cultural vem crescendo, e demonstra o interesse dos turistas em conhecer outras culturas, em experimentar novas sensações. Conforme apontado pelo MTur (2007), a preferência dos turistas é favorável ao Turismo Cultural, que ocupa o terceiro lugar nos interesses pelas viagens. No limiar deste cenário se insere a Comunidade Rural do Vale do Catu, neste trabalho também referida como Catu, trata-se de uma comunidade composta por remanescentes indígenas, a maior representatividade do Rio Grande do Norte - RN, prestes a conseguir o reconhecimento oficial pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O Catu vem despertando interesses em desenvolver a atividade turística, pelo caráter étnico-cultural agregado à beleza cênica e atrativos naturais. Mesmo sem existir uma atividade já consolidada, percebe-se a presença de alguns visitantes e turistas, chamando atenção para as questões anteriormente delineadas. Assim, com base nestas considerações, tem-se como problema de pesquisa compreender quais as percepções da comunidade do Catu em relação a cultura local e ao desenvolvimento do turismo rural.

A hipótese fundamentada por esse questionamento, a qual se pretende verificar no decorrer da pesquisa, versa que os aspectos socioculturais da comunidade do Catu são adequados a implementação do turismo rural comunitário.

Sabe-se que uma atitude hostil por parte da comunidade pode acarretar tensões internas entre os que defendem divergentes posições, pois “a percepção, as atitudes e os interesses das comunidades em relação ao turismo estão longe de ser homogêneas e harmônicas”. (MALDONADO, 2009, p 28).

Nesse sentido, para responder a questão apresentada, propõe-se como objetivo geral investigar a relação entre o contexto sociocultural e o desenvolvimento do turismo rural, a partir das percepções da população do Catu. Para tanto, tem-se como objetivos específicos:

- a) Compreender as percepções dos membros da comunidade do Catu a respeito do turismo na localidade, a fim de elucidar sobre os limites e expectativas dos moradores.
- b) Verificar quais os valores culturais étnicos solidificados pela comunidade, compreendendo a relação de pertença com a cultura indígena.
- c) Averiguar se os atores locais entendem o que vem a ser o turismo rural comunitário e se o consideram adequado para sua localidade.

Para ratificar a relevância teórica desses objetivos, cabe ressaltar, que os estudos acerca da temática do turismo rural encontram-se em expansão, porém pouco se sabe ainda sobre o tema no Brasil (TULIK, 2003). A bibliografia sobre a importância econômica do turismo em áreas rurais no Brasil, ainda restringia-se em exaltar o “potencial” do ecoturismo na região amazônica (ALMEIDA, FROEHLICH, RIEDL, 2004). No entanto, com o surgimento de novas correntes teóricas, percebe-se uma crescente presença da temática em eventos científicos, internacionais e nacionais, que abordam as novas dinâmicas rurais, o que incentiva estudos e pesquisas que enfatizem o turismo rural como objeto de estudo.

Ainda incipiente no Brasil, mas amplamente difundido em outros países, como Portugal, Peru, México (MALDONADO, 2009; BRITO, 2005), o Turismo Rural Comunitário vem se apresentando como uma alternativa concreta de valorização da cultura local. Adotado, na maioria dos casos, por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, entre outros), favorece o desenvolvimento local a partir da efetiva participação da população local, a principal beneficiária.

O potencial desta comunidade para o turismo rural torna-se evidente frente aos atrativos culturais e naturais presentes, bem como às atividades inerentes ao meio rural. A comunidade Catu é considerada remanescente da cultura indígena dos

Eleotérios no Rio Grande do Norte. Apesar da sua história, muito se perdeu ao longo dos anos, com a chegada de novos habitantes e pelas circunstâncias de sobrevivência as quais a comunidade foi submetida. “Espremida” às margens do rio Catu por plantações de cana-de-açúcar, os catuzeiros (como se denominam) provêm seu sustento da agricultura familiar, configurando-se uma população carente no tocante a renda familiar, saúde, educação, porém rica em alegria e satisfação por ali residirem, conforme observado na pesquisa empírica. A fim de valorizar e não esmaecer sua cultura indígena, a língua tupi guarani é ensinada nas escolas e os descendentes diretos dos Eleotérios transmitem seus conhecimentos para os mais novos. Algumas tradições se fazem presentes como a confecção de artesanatos indígenas, a prática do Toré, as comidas típicas e a relação com o meio ambiente.

Levando-se em consideração que uma comunidade indígena aponta um sujeito histórico, sustentado por sua identidade étnico-cultural, por possuir um patrimônio comum e pelo consentimento de um conjunto de normas e valores (MALDONADO, 2009, GRÜNEWALD, 2003) surgiu o interesse em estudar a percepção da comunidade do Catu a respeito dos seus valores culturais e étnicos e do reflexo destes para o desenvolvimento do turismo. Esse interesse despertou em uma visita técnica realizada em 2008 pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), quando da abertura das trilhas na Área de Proteção Ambiental existente no Catu. Esse evento faz parte do circuito de caminhadas rurais organizado pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RN, propiciando a interiorização do turismo através do fomento do turismo na agricultura familiar.

Nesse primeiro contato as percepções restringiram-se a um olhar de visitante, externo ao local. Entretanto algumas inquietações motivaram um aprofundamento na compreensão da configuração da comunidade. Um dos pontos foi pelo fato da trilha estar localizada em um trecho da comunidade, no lado Catu/Goianinha, favorecendo aqueles que residem próximo. Isto porque as residências espalham-se ao longo do leito do Rio Catu, o que torna a comunidade distribuída longitudinalmente, cuja distancia das primeiras casas do Catu/Goianinha e Catu/Canguaretama para com a área de concentração das ações é considerável. Outro fator foi o fato da entrada principal e mais próxima ser por Goianinha, isto faz com que os visitantes se concentrem na área da capela, ponto inicial para a trilha. Com essa visita pode-se conhecer o lado histórico-cultural da comunidade, enquanto

remanescentes indígenas. Dessa forma, por identificar o início de um desenvolvimento turístico em uma comunidade tradicional rural vindo de fora para dentro, e pela existência de projetos da UERN para o Catu, surgiu a necessidade de se compreender a realidade local a partir dos próprios moradores.

A importância em se realizar estudos que visem o conhecimento de particularidades das comunidades rurais é ressaltada por Nitsche e Kozel (2006). Principalmente quando envolvem a vida pessoal e familiar no trabalho com o turismo, pois este promove transformações que podem colocar em risco a sua identidade cultural.

Para melhor compreender a realidade proposta, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa exploratória visando a ampliação do embasamento teórico no entorno da temática proposta. Quanto à abordagem, a análise qualitativa, com o intuito de obter um conhecimento mais aprofundado acerca das percepções dos atores sociais. No que concerne aos meios, a investigação utilizou de fontes secundárias através da pesquisa documental, de fontes primárias através da observação participante, e pesquisa bibliográfica.

A pesquisa exploratória objetiva que o pesquisador se familiarize com o fenômeno a ser estudado (CERVO E BERVIAN, 1996), pois busca aperfeiçoar idéias ou desvendar intuições. (DENCKER, 2007). Tal modalidade de pesquisa condiz com a Teoria de Representações Sociais proposta por Moscovici (2003). Este afirma que nas representações sociais o processo coletivo sobressai ao pensamento individual, visto que as crenças, as opiniões, as ideologias, os hábitos e as relações estabelecidas entre indivíduos de uma determinada comunidade, são influenciados por essas representações. Estas, instituídas na interação entre o indivíduo e a comunidade no qual está inserido, bem como na sua interação com o meio ambiente.

Na perspectiva da presente dissertação, compreende-se as representações sociais como manifestações de um senso comum, estabelecidas a partir das idéias, das percepções, da formulação de opiniões a respeito dos fenômenos sociais incididos em torno de um grupo ou de uma comunidade. Capazes de transformar idéias em realidades compartilhadas (MOSCOVICI, 2003), pois é o reconhecimento através das percepções de mundo, das situações vivenciadas, em que o sujeito se faz participante ou não. Logo, as representações sociais estão intimamente ligadas

às influências coletivas, por serem capazes de realizar mudanças, principalmente no comportamento de cada indivíduo participante de uma coletividade.

A abordagem qualitativa é entendida como aquela cuja observação dos fenômenos sociais é realizada de forma intensiva, implicando na participação do pesquisador no local de ocorrência desses fenômenos. (DENCKER, 2007). Por sua relativa diversidade e flexibilidade uma pesquisa qualitativa constantemente terá a interferência do senso comum e da ideologia. Pelo fato da pesquisa qualitativa permitir o estudo de poucos casos com uma maior profundidade (DENCKER, 2007) suscitará uma maior compreensão sobre a natureza do assunto, possibilitando uma riqueza de detalhes e uma maior aproximação da realidade em que se encontra a comunidade do Catu.

Nesse sentido, uma vez que o intuito desse trabalho foi compreender as percepções da comunidade do Catu, a estratégia de pesquisa mais apropriada é o estudo de caso, por ser um “estudo profundo e exaustivo de determinados objetos ou situações que permite o conhecimento em profundidade dos processos e das relações sociais”. (DENCKER, 2007, p.155). Ponderado por Yin (2003) como uma estratégia de pesquisa abrangente que se revela como uma investigação empírica que averigua um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, principalmente quando não é possível definir com clareza os limites entre o fenômeno e o contexto.

A fim de atender os objetivos do presente trabalho, tanto os relacionados ao turismo quanto aos referentes a cultura étnica, o universo da pesquisa foi estabelecido por intermédio de uma amostragem não-probabilística. Nesta os participantes são escolhidos de forma intencional, em função do interesse do estudo, das condições de acesso, de permanência no campo e de disponibilidade dos sujeitos. (DENCKER, 2007). Foi levado em consideração o total de famílias do Catu/Goianinha e Catu/Canguaretama, bem como a distribuição geográfica das residências ao longo do leito do Rio Catu. A quantidade de famílias que foram entrevistadas foi determinada antecipadamente, de forma a abranger toda a extensão da comunidade e permitir um resultado coerente e que se aproxime ao máximo do pensamento da comunidade como um todo. Isto porque, as atividades relacionadas ao turismo, hoje desenvolvidas, restringem-se ao início do Catu/Goianinha, por ser a entrada principal da comunidade e da Reserva de Mata

Atlântica. Os entrevistados foram escolhidos no momento da pesquisa, sendo aquele indivíduo da família que estivesse em casa.

Neste trabalho o levantamento de dados foi feito através de técnicas de observação participante, entrevista individual e diário de campo. As entrevistas foram baseadas em um roteiro estruturado, uma vez que as representações sociais foram adquiridas através de entrevistas com o indivíduo, por meio de depoimentos. Estes derivaram de respostas a questões abertas, nas quais se solicitou que opinassem, falassem, se expressassem sobre o tema. (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005). O procedimento de coleta de dados foi realizado no mês de janeiro de 2010, porém o contato com a comunidade vem ocorrendo desde o ano de 2008 e estendeu-se até junho de 2010. Este período de contato proporcionou uma melhor compreensão sobre a realidade local, uma vez que foi vivenciado o dia-a-dia dos moradores. Durante todo processo de pesquisa teve-se o acompanhamento de um morador local, o Sr. Wandregecílio Arcanjo da Silva, pedagogo e profundo conhecedor da história e cultura local.

A importância das entrevistas por observação participante em uma pesquisa exploratória é ressaltada por Quivy e Campenhoudt (1998), quando coloca que sua função é refletir, alargar e precisar horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspectos de um dado problema, nos quais o investigador não teria decerto pensado espontaneamente. Cumpre frisar que nesta técnica o investigador passa a fazer parte da realidade investigada como forma de compreendê-la melhor.

Metodologicamente, optou-se por apresentar a análise dos resultados da pesquisa empírica de forma integrada à exposição das informações teóricas adquiridas a partir de documentos, teses e dissertações sobre o tema.

Esta dissertação está apresentada a seguir e estrutura-se em três capítulos. No capítulo inicial apresenta-se uma contextualização do espaço rural e as comunidades tradicionais. Discute-se o surgimento e a importância do turismo no espaço rural, enfocando sua importância para comunidades tradicionais no sentido de manutenção do patrimônio cultural.

O segundo capítulo refere-se à comunidade do Catu/RN, sua localização geográfica, caracterização histórica e socioeconômica, a partir de um embasamento teórico complementado pelas observações *in loco* e pelas entrevistas. O terceiro capítulo versa sobre os aspectos turísticos e a cultura local do Catu/RN, no qual se pode compreender a relação do turismo e a cultura, das comunidades tradicionais e

seu patrimônio cultural, sempre se remetendo às observações obtidas a partir da pesquisa, bem como das falas dos indivíduos entrevistados. Por fim, apresentam-se as conclusões da dissertação.



## **CAPÍTULO I**

### **O ESPAÇO RURAL E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS**

---

O surgimento de novas formas de turismo favorece a configuração de um novo turismo, no qual, os turistas apresentam novas motivações, diferentes aspirações. Esse cenário exige do mercado uma maior segmentação, a fim de oferecer diferentes opções de turismo capazes de atender demandas diversas. Este fato proporcionou que o turismo se voltasse para o campo, na busca de reencontrar as origens, o passado, as antigas formas de vida, a natureza, a vivenciar novas culturas.

### 1.1 TURISMO NO ESPAÇO RURAL: ALÉM DAS CIDADES

Na medida em que se criam novos espaços receptivos ao turismo, impõe-se uma pressão maior de planejamento e de arranjos institucionais que priorizem a participação qualificada do Estado, das empresas e das comunidades que recebem os visitantes. Essa perspectiva impõe sempre um equilíbrio difícil em que, de um lado encontram-se os visitantes e do outro a necessidade de se proteger o patrimônio cultural e ambiental nos quais estão inseridas as populações locais. (RUSCHMANN, 2000).

Sob essa perspectiva, aparece o turismo no meio rural, por interesse em se retornar ao espaço rural devido à nova realidade da relação cidade-campo, em que propicia ao turista, em sua maioria urbanos, um contato com a natureza e a cultura do campo tão pouco encontrado nas grandes e médias cidades. Flores e Macedo (1999, p.04) compreendem este meio como “um território de produção e consumo da sociedade urbano-industrial, onde o campo passa a caracterizar-se como uma referência de ‘um bom lugar de viver’”.

O turismo no espaço rural teve início nos Estados Unidos, em regiões pouco povoadas do país, pelas quais muitos viajantes se aventuravam, apesar de não existirem locais apropriados para o seu repouso. (PORTUGUEZ, 2006). Na Europa, os atrativos dessa modalidade de turismo se concentram na originalidade da agricultura e no pastoreio de montanha. Por isso, foi criada a Lei da Montanha pelo poder público europeu, com o intuito de criar subsídios para os agricultores e pastores manterem suas práticas tradicionais, uma vez que a modernização do

campo diminuiria o interesse dos turistas, conforme observado na Suíça e na Áustria. (RUSCHMANN, 2004).

Este segmento do turismo surge, mais efetivamente, em meados dos anos 1970 apresentando-se como uma alternativa para a fixação do homem no campo. No Brasil, o início desta atividade ocorre na década de 1980 na cidade de Lages, no interior do Estado de Santa Catarina. Nos anos 1990, amplia-se no âmbito nacional, após a análise e comprovação do sucesso, sendo visto como fonte de renda alternativa, como valorização dos recursos naturais e culturais além da promoção do desenvolvimento sócio-econômico junto às propriedades rurais e sua comunidade local. (GRAZIANO DA SILVA, 1996; TULIK, 2003; NIEHUES, 2006).

Apesar da concepção dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do turismo no ambiente rural, e de sua prática crescente, ainda há muito o que se discutir quanto a definição desse segmento turístico. Conforme ponderado por diversos autores (GRAZIANO DA SILVA, 1996; ALMEIDA, FROEHLICH, RIEDL, 2004; PORTUGUEZ, 2006), não existe um consenso quanto a sua conceituação.

O Ministério do Turismo - MTur, no documento 'Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil', propõe como conceito para o turismo rural, "um conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade". (BRASIL, 2004b, p.7).

Para chegar a esse conceito, utilizou-se de alguns elementos, os quais são definidos nas diretrizes. Convém ressaltá-los pois auxiliam no processo de compreensão do que vem a ser turismo rural na política nacional: (a) a atividade turística desenvolvida no meio rural é constituída pela oferta de serviços, equipamentos e produtos de hospedagem, alimentação, recepção à visitação em propriedades rurais, recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural e outras atividades complementares, desde que praticadas no espaço rural, que existam em função do turismo, ou que se constituam no motivo da visitação; (b) a concepção de meio (ou espaço) rural está baseada na noção de território, com ênfase no critério da destinação e na valorização da ruralidade. Demonstra a atividade de turismo realizada em espaço agrário e as características socioambientais contidas neste espaço considerado eminentemente rural no Brasil; (c) comprometimento com a produção agropecuária, (d) agregação de valor aos produtos, (e) resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural.

Rodrigues (2001) infere que a expressão ‘turismo no espaço rural’ torna-se mais adequada, abordando alguns elementos importantes para sua concepção, como as características das paisagens, a história da ocupação territorial, a estrutura agrária com ênfase para relações de trabalho desenvolvidas, as características da demanda e tipos de empreendimentos, entre outros.

Por isso muitos teóricos afirmam ser o turismo no espaço rural mais adequado visto que compreende outros segmentos do turismo, de forma complementar, como o turismo de aventura, ecoturismo, turismo histórico-cultural, etnoturismo. O termo turismo rural destina-se a atividades específicas do meio rural, como andar a cavalo, ordenhar uma vaca, usufruir do bem-estar do campo, deleitar-se com a gastronomia típica. (TULIK, 2003; MALDONADO, 2009). A prática desta modalidade exige do ambiente receptivo a existência de edificações para alojamento, saneamento, serviços de alimentação e de hospedagem, caracterizando-se o turismo e a relação afetiva com o lugar. Sendo assim, pela realidade encontrada na comunidade do Catu não ser condizente com os preceitos do turismo rural, optou-se, para fins desse trabalho, considerar como norteador o conceito de turismo no espaço rural, ao compreender que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2006, pag. 67).

O surgimento do turismo no espaço rural brasileiro pode ser explicado por um lado, pela necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, e por outro pela vontade dos moradores urbanos em reencontrar suas raízes, conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior. Todavia, cabe a preocupação em não se encarar o turismo no espaço rural como substituto à produção tradicional no campo, diante da variedade de atividades que o envolvem, mas sim, servir como um incremento de opções produtivas. (GRAZIANO DA SILVA, 1996; TULIK, 2003).

De tal modo que a função primordial desse segmento turístico é promover a melhoria da qualidade de vida da população rural, através da redução dos efeitos da exclusão social, fruto, sobretudo do desemprego, e do fluxo do êxodo rural. (PORTUGUEZ, 2006). Preocupação, essa, que nasce historicamente pela falta de perspectiva na agricultura. A mecanização da lavoura, a utilização de insumos

agrícolas industrializados e a seleção de sementes, voltada especialmente para a exportação, têm afetado a qualidade ambiental das pequenas propriedades, cuja consequência versa um longo processo de êxodo, invertendo as distribuições populacionais entre o rural e o urbano. (NIEHUES, 2006).

A realidade da falta de perspectiva pode ser observada na comunidade rural do Catu/RN. Através da pesquisa empírica, pode-se constatar que grande parte dos jovens e adultos estão desempregados, restringindo-se o trabalho à lavoura, por vezes para próprio sustento. A média da renda familiar dos entrevistados não passa de 3 (três) salários mínimos, juntando ganhos com a produção e com programas assistencialistas. Apesar dessa configuração, poucos são aqueles que expressam vontade de migrar para outra localidade, pois no Catu é muito bom de se viver. Valorizam a calma, tranquilidade, inexistência de consumo de drogas e de violência. Um entrevistado disse que podem deixar as portas abertas, bicicleta para o lado de fora, que ninguém rouba. Outro relatou que quando assiste o noticiário na televisão com tantos desastres tem menos vontade de deixar a comunidade, pois não tem alagamento, nem furacão, deslizamento ou violência. Alguns jovens relatam ter vontade de sair da comunidade para estudar, cursar ensino superior e voltar, entretanto, preocupam-se com a oferta de trabalho, que não há no local.

Entende-se que a procura pelo ambiente rural deve acontecer mediante um planejamento prévio, procurando novas alternativas produtivas que viabilizem a manutenção do homem no campo, oferecendo um nível de vida que justifique sua permanência neste espaço. Assim, o turismo no espaço rural se apresenta como uma nova alternativa produtiva no meio rural, um caminho de complementação da renda familiar, introduzindo o setor de serviços interno à propriedade (CARVALHO; GONÇALVES; MORITZ; 2008).

Configura-se como potencial minimizador das dificuldades vividas pelos trabalhadores rurais, principalmente nas áreas afetadas pela crise da agricultura e da mineração. Provoca no produtor rural a buscar por novas opções de atividades no meio tratado, tidas como não-agrícolas; segundo os últimos censos do IBGE, crescem com o intuito de produzir mercado para os produtos tradicionais rurais, como nova alternativa de renda (CARVALHO; GONÇALVES; MORITZ; 2008).

O meio rural já não pode ser delimitado como um lugar onde somente se plantam e se criam animais. Economicamente, a inserção da atividade turística nas

áreas rurais pode incrementar a renda, principalmente, pela comercialização de produtos junto ao consumidor/turista final, sem a presença de atravessadores.

Neste cenário, é vital focar as famílias de agricultores que vivem da produção agrícola e vêm experimentando o turismo como uma fonte renda alternativa, capaz de valorizar os saberes locais e a cultura rural. A convivência e o relacionamento direto dos turistas urbanos com as famílias rurais, compreendendo em suas atividades diárias as tradições, hábitos e costumes, trazem como consequência, o resgate da auto-estima do homem do campo pelo incentivo à valorização da identidade cultural rural (BLANCO, 2009). Salienta-se nesse processo, uma tendência para a pluriatividade, ou seja, membros da família passam a exercer atividades não-agrícolas ligadas ao comércio, educação, serviços, administração pública, agregados aos membros que trabalham na produção rural. (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A pluriatividade, conforme proposto por SCHNEIDER (2007, p. 17), “refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família”. Ao assumir novas atividades, externas à agricultura, o homem do campo introduz um arcabouço de novas funções e significações no espaço rural, não apenas econômicas como também sociais e culturais. O agricultor torna-se então pluriativo, adotando uma nova postura frente às adversidades, através da conjunção de atividades agrícolas e não-agrícolas.

Estes aspectos foram enfatizados por alguns moradores do Catu/RN durante as entrevistas. Ao serem questionados sobre o que seria modificado na sua vida familiar com o desenvolvimento do turismo rural na comunidade, a resposta mais frequente foi a melhoria na renda familiar, bem como um meio de ocupação para os jovens. O que pode ser confirmado pelos depoimentos:

Ah, seria modificado porque aumentava a renda familiar das pessoas que trabalham na comunidade, porque iam vender os produtos agrícolas da própria comunidade, as frutas as verduras plantadas aqui mesmo, a batata, a macaxeira, e outros tipos de cultura que no final, no futuro devia ser criado até um restaurante de comidas típicas para receber os visitantes. (ENTREVISTADO A)

(...) tem muitas pessoas que sabem artesanato, algum tipo de artesanato. Se esse turismo criasse assim tipo um comercio, um meio de divulgar, de comercializar aquilo que as pessoas daqui sabem fazer. Iria melhorar muito, até porque é uma comunidade onde poucas pessoas tem um emprego certo, aqui você conta facilmente quem tem um emprego certo. Acho que ia melhorar essa parte, ia melhorar no lado econômico se houvesse assim essa venda das coisas (...). (ENTREVISTADO D)

Nessas falas percebe-se que, além da melhoria econômica pela comercialização de seus produtos, o turismo fomentaria o valor à cultura local, tanto por parte dos próprios moradores, como pelos visitantes. A idéia de um restaurante que pudesse oferecer comidas típicas da cultura indígena utilizando a produção local, rica em hortaliças, batata, de origem orgânica agregaria atividades não-agrícolas sem afastar os produtores da sua atividade primária.

Reflexões a respeito das atividades não-agrícolas capazes de gerar emprego e renda e, conseqüentemente, reduzir a pobreza e as desigualdades no ambiente rural brasileiro, tornam-se mais frequentes. Apesar de surgirem novas formas de ocupação, a agricultura tende a não perder seu valor econômico e social, pois não há uma substituição do trabalho e sim uma incorporação de outras dimensões no meio social rural, como o patrimônio cultural, as tradições, o turismo. Schneider (2007) pondera que as famílias rurais se conformam como pluriativas na medida em que adquirem uma diversidade de alternativas de trabalho, através das quais suas rendas tendem a aumentar na busca de maior estabilidade.

O contexto da pluriatividade vem sendo vivido pelos moradores do Catu. Cerca de 30% dos homens trabalham no corte da cana para as usinas da região de Goianinha e Canguaretama, embora seja um trabalho temporário, condicionado ao período de safra. Outros moradores são professores em escolas públicas existentes no Catu ou em cidades circunvizinhas. Há aqueles que atuam como agentes de saúde na região, como pintores, entre outras ocupações. No tocante ao turismo, alguns moradores participam das caminhadas organizadas pela EMATER/RN (Figura 1), anualmente, como condutores nas trilhas, em apresentações culturais e, por vezes, oferecendo o almoço aos visitantes. Ainda assim, uma parcela considerável da população dedica-se, exclusivamente, ao trabalho na lavoura.

**Figura 1:** Credenciamento da caminhada organizada pela EMATER/RN.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2008.

Outrossim, para que se possa oferecer um produto que atenda o perfil do consumidor do turismo rural, é necessário que o mesmo obedeça a princípios como o atendimento familiar e preservação das raízes culturais, harmonia e sustentabilidade ambientais, autenticidade e manutenção da identidade, qualidade do produto e envolvimento da comunidade local (ZIMMERMANN, 2004).

A atividade do turismo rural deve estar obrigatoriamente em harmonia com os interesses da comunidade local, do turismo e do meio ambiente. A harmonização desses elementos significa garantir a sustentabilidade da atividade por meio do tripé: elementos culturais/antrópicos, ecológicos e econômicos (ZIMMERMANN, 2004, p. 130)

O aprofundamento destas relações de produção rural com o turismo evidencia o trabalhador do campo como um dos principais sujeitos no desenvolvimento do turismo rural. Campanhola e Graziano da Silva (1999) versam que o turismo no espaço rural deve basear-se na interação e integração entre seus atores – o Estado, as instituições privadas e a comunidade local – por ser uma alternativa de desenvolvimento local que considera as diversidades geográficas, culturais e ambientais das localidades.

## 1.2 TURISMO RURAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

As mudanças provocadas pelo avanço da tecnologia, globalização e clima apontam para uma tendência de um crescimento contínuo do lazer e das viagens. Os benefícios gerados pelo turismo são largamente divulgados pela mídia, em discursos de “geração de emprego e renda” para as comunidades locais, sendo almejado por várias cidades, como solução para todos os problemas. Mal sabem que, quando mal planejado acarreta diversos males como: fragilidades no ecossistema natural, poluição das águas e aumento da prostituição (CARVALHO; GONÇALVES; MORITZ; 2008).

No limiar desse cenário, novas modalidades da atividade turística estão sendo estruturadas, principalmente aquelas de base local, que objetivam o fortalecimento das comunidades, dos seus aspectos culturais. O conceito de que o desenvolvimento está associado unicamente à busca de novas indústrias e investimento massivo por parte do poder público e privado vem se tornando defasado. Cada vez mais, tem-se a idéia de que o desenvolvimento no turismo se faz através da participação comunitária, com projetos bem elaborados, diálogo, possibilitando a estabilidade econômica da comunidade e a sua valorização.

O turismo pensado para e pela comunidade potencializa modos de vida tradicionais, arranjos socioprodutivos e políticos de base comunitária, e mobiliza postos de trabalho pela produção artesanal (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009). Sua importância concerne no compartilhamento do lazer, do ócio, festividades religiosas, esporte, entre os turistas e a comunidade, pois não há sobreposição de territorialidades como acontece no turismo convencional (KNAFOU, 1996). Enquanto este se conforma na produção de espaços segregados para turistas e moradores, o turismo de base comunitária (TBC) utiliza-se dos espaços vividos como lugar de encontro e convivência, se expressa no território da própria comunidade sem desmistificá-lo.

Logo, pode ser definido como uma forma de desenvolvimento turístico norteado pelos princípios da economia solidária, associativismo e valorização da cultura local. Os benefícios provenientes do turismo são direcionados para as comunidades locais, as quais se tornam protagonistas desse modelo de desenvolvimento (BRASIL, 2008). Corroborado por Mitraud (2003) ao conceituar o

TBC como uma atividade baseada na integração com a orientação do desenvolvimento regional; na gestão comunitária do receptivo; na vivência e intercâmbio de saberes entre turistas e comunidades; na valorização cultural e ambiental e no amplo acesso aos benefícios do turismo.

Analisando-se essas concepções de turismo comunitário, percebe-se alguns pontos em comum que suscitam um consenso no entendimento dessa modalidade turística. Ambos permeiam a idéia de que elementos como a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos para comunidades receptoras sustentam a proposta de turismo de base comunitária.

Vale salientar que a característica distinta dessa forma de turismo é sua dimensão humana e cultural, ou mesmo antropológica (MALDONADO, 2009). No Brasil, o TBC é comum em casos de ações sociais que abordam a conservação dos recursos naturais de subsistência, luta pela terra, pelo direito à memória cultural e por educação mais digna (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Por esses fatores, o turismo de base comunitária pode desempenhar um papel no etnodesenvolvimento de comunidades tradicionais (MITRAUD, 2003). Ao ser planejado e desenvolvido pelas comunidades, constitui uma estratégia eficaz de desenvolvimento sociocultural, humano e ambiental. Para tanto deve considerar as reais necessidades e anseios da comunidade, a fim de que as populações tradicionais, abarcadas por desvantagens históricas, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios (BARRETO, 2003; SAMPAIO, 2004).

Isto posto, cabe compreender a essência das comunidades tradicionais e suas atuações no turismo. Estas comunidades são definidas por meio de critérios (a) geográficos - como um território isolado, (b) culturais - compartilhando costumes, usos e tradições, feixes de hábitos, e/ou (c) socioeconômicos – variando por modos de produção e distribuição (BARRETO, 2003; SAMPAIO *et al*, 2005).

No Brasil, encontra-se a definição de povos e comunidades tradicionais no inciso I do art 3º do decreto Nº 6.040 de 07/02/2007, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e prática e transmitidos pela tradição.

Este decreto objetiva promover o desenvolvimento sustentável desses povos e comunidades, por intermédio do fortalecimento e da valorização da identidade, garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

A exemplo de comunidades tradicionais tem-se as extrativistas, pesqueiras, ribeirinhos, pequenos agricultores familiares, indígenas, quilombolas, caiçaras e cujos modos de vida por vezes se confundem. Tais comunidades, mesmo que apresentem certo grau de descaracterização, frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, são identificadas como sendo tradicionais. Fato este, que possibilita descobrir no âmbito de cada comunidade, o principal atrativo do turismo comunitário, a convivencialidade, de inspiração solidária. Considera-se como principal atrativo por ser uma relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente, pela autenticidade, respeitando a simplicidade das comunidades tradicionais (SAMPAIO, 2004; SAMPAIO *et al.*, 2005).

Portanto, o turismo de base comunitária em comunidades tradicionais tem por essência a identidade cultural que se quer resgatar ou o pouco que delas se deseja conservar. O turismo pode ser também potencializador do resgate de aspectos étnicos, sem necessariamente espetacularizar a autenticidade dessas culturas (GRÜNEWALD, 2003; BARRETO, 2003).

Com esse intuito passar a existir o turismo rural comunitário, principalmente em áreas de comunidades tradicionais, enfatizado por Blanco (2009) como uma estratégia promissora para o desenvolvimento local em virtude da associação entre o turismo e o modo de vida das famílias rurais.

Este é fenômeno relativamente recente na América Latina, sendo constatadas as primeiras incursões nos anos 1980. O aparecimento do Turismo Rural Comunitário (TRC), segundo Maldonado (2009), foi ocasionado por fatores de ordem econômica, social, cultural e política. Primeiramente relacionado com as pressões mundiais do mercado turístico pela procura por segmentos como turismo cultural e de natureza. Um segundo fator remete-se às necessidades econômicas e trabalhistas vivenciadas no meio rural. Na sequência, aponta-se o relevante papel desempenhado pelas pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística, como terceiro fator. Por fim, têm-se as estratégias políticas do movimento indígena e rural como quarto fator responsável pelo surgimento dessa nova modalidade de turismo (MALDONADO, 2006, 2009).

As discussões acerca do Turismo Rural Comunitário são muito recentes, na sua maioria relatam sobre comunidades indígenas e quilombolas na América Latina e em alguns países da Europa. Estudos apontam o Equador como pioneiro na questão, já instituído um aparato legal que reconhece os direitos das comunidades turísticas rurais. Na Costa Rica o TRC encontra-se mais enraizado pela existência de ações conjuntas da comunidade, que culminaram, em 2007, no reconhecimento do TRC como um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento do turismo do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Costarricense. Outro exemplo é a Guatemala, onde foi criada em 2008 a Secretaria de Turismo Comunitário, a partir de ações do Instituto Guatemalteco de Turismo (INGUAT) (MALDONADO, 2009).

Pondera-se, diante do exposto que o TRC configura-se como um fenômeno em ascensão em locais de beleza paisagística excepcional, dotada de vida selvagem e de atrativos culturais singulares. Corresponde a um nicho de mercado especializado, pois é direcionado a pequenos grupos de visitantes. Estes buscam experiências pessoais originais e enriquecedoras, pela vivência de culturas autênticas, pelo desfrutar de cenários naturais.

Esta forma de turismo pode ser vista como uma possibilidade de revitalização cultural (LEAL, 2009), por isso tão quista por comunidades tradicionais, principalmente as indígenas. Os primeiros estudos sobre o desenvolvimento do turismo em territórios indígenas eram direcionados para os impactos negativos desencadeados pelo turismo, como o processo de aculturação. Acreditava-se que o desenvolvimento turístico levaria os nativos a abandonarem seu modo de vida tradicional para se inserirem em atividades relacionadas ao turismo. (GRÜNEWALD, 2003; LEAL, 2009).

Por volta de 1970, observou-se o início de novas concepções sobre o tema, visualizando o turismo, não mais pelos seus aspectos negativos, mas como um instrumento de contribuição à etnicidade e revitalização cultural (LEAL, 2009). Cumpre frisar que as etnicidades são entendidas como “fenômenos sociais que refletem as tendências positivas de identificação e inclusão de certos indivíduos em um grupo étnico” (GRÜNEWALD, 2003, p. 145). Dessa forma, as comunidades tradicionais passam a ser vistas como indivíduos atuantes no processo de planejamento sustentável do turismo. (LEAL, 2009).

Visto isso, faz-se necessário compreender o que vem a ser uma comunidade indígena no contexto do turismo. Maldonado infere que uma 'comunidade indígena':

“designa um sujeito histórico, cuja coesão interna sustenta-se na identidade étnico-cultural, a posse de um patrimônio comum e a aceitação de um conjunto de normas e valores. A base da identidade comunitária também pode ser enraizada na consciência de pertencer a um determinado grupo étnico, seja este descendente ou não de povos que habitaram e possuíram vastos territórios do continente, antes da época das colonizações, tal como é o caso dos povos afro-descendentes” (MALDONADO, 2009, p.28).

Considera-se que a participação dessas comunidades no turismo é bastante complexa e ao mesmo tempo delicada. A complexidade se deve aos impactos provocados por um fenômeno competitivo e crescente em comunidades que sobrevivem das atividades tradicionais, sem maiores alternativas de renda. Torna-se delicado pelo caráter ambivalente do turismo, pois ao passo que oferece oportunidade de melhoria da qualidade de vida, altera os padrões de produção e consumo e ameaça a cultura indígena (MALDONADO, 2009).

O desenvolvimento do TRC em comunidades indígenas se solidifica, cada vez mais, na América Latina, a exemplo da Bolívia. Neste país, recentemente, dos 317 municípios indígenas descentralizados, 314 identificam o turismo como prioridade de desenvolvimento, à frente das atividades produtivas tradicionais de agricultura (ZORN; FARTHING, 2007). Outro exemplo é a comunidade rural indígena peruana, Ilha Taquile, que vem sendo constantemente considerada modelo de turismo comunitário na América Latina, por apresentar um desenvolvimento local, gerenciado pela comunidade, com distribuição de benefícios no âmbito comunitário. (MALDONADO, 2003, 2006).

Em seus estudos, Maldonado (2006) verificou que das 170 iniciativas de Turismo comunitário na América Latina, 80% dos projetos são desenvolvidos pela própria comunidade (*selfdeveloped*), sem a participação ativa do Estado ou atores não-governamentais. Esses dados enfatizam a importância do desenvolvimento do turismo rural comunitário em comunidades tradicionais, devido às suas características peculiares. No entanto, torna-se necessário elucidar acerca da visão dos nativos sobre essa modalidade de turismo, a partir de suas representações sociais, uma vez que eles são os atores principais do processo.

Somente com o conhecimento da comunidade sobre a atividade turística isso pode ser realizado, pois não basta incluí-la no meio do processo de

desenvolvimento, é necessária a participação e o envolvimento da mesma em todo o processo, desde o planejamento até a fiscalização.

No Catu isso é preocupante, pois a população não faz muita idéia do que seja turismo no espaço rural. Quando indagados sobre o que entendem por turismo rural, somente três pessoas relacionaram a resposta a algo inerente a essa atividade:

Visita de pessoas que se interessam pela origem, pelas historias, pela cultura do lugar. (ENTREVISTADO C)

Quando alguém vem ver as coisas que tem aqui, plantação, mata, água, algumas coisas que estejam aqui. (ENTREVISTADO D)

O turismo na agricultura rural, familiar. Só que também na maioria das trilha que tem, o pessoal vive reclamando porque nem todo mundo participa, ai ele devia antes de fazer essas caminhada, que agora ta parado, mas ele devia reunir todo mundo, pra todo mundo da comunidade participa, assim ninguém num reclamaria não. (ENTREVISTADO J).

O depoimento do entrevistado J, traz um fator importante, o não envolvimento de todos nos eventos de caminhada, além da não continuidade da ação no local. Isto remete a importância da conscientização por parte dos moradores sobre o seu papel como agente principal do turismo no local, sobre a necessidade de união para que o desenvolvimento do turismo, ao invés de atuar na preservação da cultura, passe a gerar transtornos e mudança no modo de vida rural.

Muitos não tinham a menor idéia do que se trata, outros preferiram se abster para não falar 'besteira'. Curioso o depoimento de uma senhora que vive só, na última casa do Catu/Canguaretama, por comparar o turismo que ela vê pela televisão com o local onde mora. Ela disse que no Catu não tem o que se fazer, que aquele turismo bonito mostrado nas propagandas nunca que irá acontecer ali. Essa percepção da não existência de atrativos na comunidade é corroborada por vários moradores, principalmente, aqueles que residem mais afastados da área onde se concentram as visitas.



## **CAPÍTULO II**

### **CATU/RN: LUGAR BOM DE VIVER E CONHECER**

---

## 2.1 CONHECENDO O CATU/RN

A comunidade do Catu está localizada na microrregião leste potiguar, onde predomina a influência do sistema climático tropical chuvoso. Distante 79 km da capital do estado do RN e 40 km da praia de Pipa (Tibau do Sul/RN), o Catu é uma comunidade rural, cujo rio do mesmo nome compõe sua característica geográfica mais determinante. O Rio Catu separa a comunidade em dois municípios, de um lado estão os moradores de Goianinha/RN e do outro os moradores de Canguaretama/RN. (Figura 2). A fim de melhor compreender a dinâmica territorial do Catu, convém uma breve apresentação dos municípios limítrofes que dividem a comunidade geográfica e politicamente.

O município de Goianinha abrange uma área de 192,28 km<sup>2</sup>, insere-se na microrregião “Litoral Sul” potiguar no bioma mata atlântica, tem por limites os municípios de Arês, Canguaretama, Tibau do Sul e Espírito Santo (IBGE, 2010). A sede municipal dista cerca de 61 km da capital do Estado - Natal, cujo acesso ocorre pela rodovia pavimentada BR-101. Segundo o IBGE, a população de Goianinha, em 2009, era de 21.321 habitantes, dos quais 70,60% pertence a zona urbana e 29,04% a zona rural. Do território municipal, 59,38% estão inseridos nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Jacu, 40,62% nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Catu, sendo banhado pela sub-bacia do Rio Jacu. Com um clima tropical chuvoso, caracterizado por verão seco e estação chuvosa adiantando-se para o outono, a precipitação pluviométrica anual alcança a média de 1.012,8 mm. A temperatura média anual gira em torno de 25,6°C e a umidade relativa do ar tem média anual de 70%, propícia à formação vegetal Floresta Subperenifólia. As principais atividades econômicas desenvolvidas são a agropecuária e o comércio.

No que tange a infra-estrutura básica do município dispõe de 01 Hospital com 33 leitos e 07 Unidades Ambulatoriais; 28 estabelecimentos de ensino (22 municipais, 02 Estaduais e 04 Particulares); 02 agências bancárias, 01 Agência dos Correios; 366 empresas atuantes no comércio varejista; além de 03 pousadas (IDEMA, 2001).

**Figura 2:** Localização da Comunidade do Catu.  
**Fonte:** elaborado por Jossylucio, 2010.

O município de Canguaretama, vale das matas (Tupi), surgiu do desdobramento do município de Vila Flor, primeiro núcleo colonizado pelo padre jesuíta André do Sacramento. A sede de Vila Flor foi transferida para o povoado de Uruá, com a denominação de Vila de Canguaretama, em 19 de julho de 1858, após a expulsão dos jesuítas. Situado na mesorregião Leste Potiguar e na microrregião Litoral Sul, abrange uma área de 245,53 km<sup>2</sup> e limita-se com os municípios Tibau do Sul, Goianinha, Pedro Velho, Baía Formosa, Espírito Santo, Vila Flor e o estado da Paraíba. Dista cerca de 67 km da capital do estado e o acesso a Canguaretama é feito pela BR -101 (IBGE, 2010). A estimativa populacional, em 2009, era de 30.541 habitantes, dos quais 62,66% vivem na área urbana e 37,34% na área rural. (IBGE, 2010).

Canguaretama apresenta um clima do tipo tropical chuvoso com verão seco e estação chuvosa adiantando-se para o outono. A temperatura média anual varia em torno de 25,6 °C, com a umidade relativa do ar de 73%, assim como Goianinha, favorece a formação vegetal de Floresta Subperifólia, como também apresenta um sistema ecológico costeiro tropical dominado por mangues. As principais atividades econômicas do município são a agropecuária, pesca, extrativismo e comércio, pois tem um solo fértil que propicia o cultivo de algodão arbóreo, sisal, caju e coco, feijão, batata e macaxeira (IDEMA, 2001). Parte da área de vegetação Tabuleiros e Mata Ciliar está inserida Área de Proteção Ambiental (APA) Piquiri/Una (IDEMA-RN, 2008) que objetiva ordenar, proteger e preservar os rios, riachos e demais recursos hídricos, bem como a fauna e flora da região. Quanto a infra-estrutura dispõe de 02 hospitais com 52 leitos e 13 unidades ambulatoriais; 36 estabelecimentos de ensino (26 Municipais, 05 Estaduais e 05 Particulares).

Isto posto, a história do Catu é compartilhada pelos dois municípios supracitados. A origem do nome remete-se ao tupi-guarani e significa bons ventos, boas vibrações. Reconhecida como remanescente de aldeamentos indígenas, a comunidade é formada por dois grandes grupos familiares: “Os Eleotério” e “Os Serafim”. A memória dos moradores relata que suas terras teriam sido doadas pelo padre Aquino de Góis para os irmãos Francisco Lotero, Serafim Loreto e Manoel Lotero provenientes da Paraíba. Estes, por sua vez, casaram-se com índias tapuias há mais de cem anos, sendo as unidades familiares hoje existentes descendentes dessas uniões (SILVA, 2007).

A região onde está localizada faz parte da primeira zona açucareira do RN, e começou a ser habitada aproximadamente no final do século XIX. De difícil acesso por não haver estradas para o local, os moradores precisaram abrir suas próprias trilhas para chegar a cidades vizinhas, o que não apresentou mudanças consideráveis ao longo dos anos (SILVA, 2007). As vias de acesso ao Catu, apesar de terem sido ampliadas em número, não melhoraram quanto às condições de trafegabilidade. Tanto por Goianinha como por Canguaretama, para se chegar à comunidade, percorre-se por estradas de chão batido feitas para escoamento das produções de cana-de-açúcar das usinas da região. Este aspecto prejudica a locomoção de quem pretende visitar a localidade, visto que em dias de chuvas fica inviável o acesso com determinados veículos. As ruas de terra que cortam o Catu, também não apresentam boas condições de uso, para os moradores deslocarem-se para escola, para o início das trilhas, até mesmo para as sedes municipais, muitas vezes dependem de caminhões ou motos (Figura 3).

**Figura 3:** Condições das vias de acesso a comunidade do Catu. (a) exemplo de transporte dos moradores para as feiras livres da região. (b) entrada principal da comunidade por Goianinha.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2010.

Por volta da década de 1970, os empreendedores ligados ao plantio e comercialização da cana-de-açúcar passaram a investir na região. Na ocasião, conforme relatos, muitos moradores receberam propostas de compra de suas terras por parte do Grupo Pernambucano Tavares de Melo (que comandava a extinta usina Estivas S/A) e de alguns fazendeiros da região. Propostas, estas, abaixo do valor real das terras, mas que acabaram sendo aceitas por diversas famílias. A venda dos

lotes fez com que a comunidade se concentrasse ao longo do Rio Catu, ficando espremida pelas plantações de cana ao seu redor. Por sobraarem poucos lotes, emergiu o problema da falta de espaço para plantação e para novas moradias. Algumas famílias possuem, conforme observado na pesquisa empírica, um terreno capaz de abrigar somente uma casa, sem área para plantação. Como em qualquer cidade, as famílias tendem a crescer, os filhos casam-se e formam novas famílias, precisando de novas residências. No Catu, pela não existência de áreas desapropriadas, famílias tem subdividido seus lotes seja para venda a parentes ou para construção de novas casas, conforme constatado em um único loteamento a existência de 4 casas, uma ao lado da outra, para abrigar os familiares.

Vale salientar que das unidades familiares hoje existentes, quase em sua totalidade são de propriedade das famílias há gerações, deixadas de herança pelos antepassados. Dos entrevistados somente duas residências não eram de propriedade dos moradores. Contudo, essas propriedades não apresentam registro oficial. Segundo os estudos de Silva (2007), quando os moradores buscaram legitimar suas posses no cartório da cidade, foram informados de que suas terras não possuíam documentos por serem terras de índios. Enquanto não obtiverem o reconhecimento oficial pela FUNAI, o direito a regulamentação de suas terras fica condicionado àqueles que se proponham a acionar a justiça por uso capião.

Segundo a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguaretama, são contabilizadas aproximadamente 110 famílias no Catu/Canguaretama, tendo como referência o levantamento realizado em 2007 pelo Projeto Comunidade Solidária. Para o agente de saúde, Wandregecílio Arcanjo da Silva, que acompanha a comunidade, contabilizou-se um total de 420 pessoas em 2008. No que concerne ao Catu/Goianinha, de acordo com registro de dados da Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Social - COEPPIR, existe aproximadamente 423 moradores, num total de aproximadamente 180 famílias. Chega-se a conclusão de que no Catu vivem cerca de 850 pessoas, distribuídas em 290 famílias, cuja maior concentração está no Catu/Goianinha.

## 2.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA COMUNIDADE DO CATU/RN

A separação da comunidade por dois municípios é refletida, entre outras coisas na própria existência de duas associações: a associação do Catu/Canguaretama e do Catu/Goianinha. Conforme relatos, essa divisão torna-se necessária apenas por questões político-geográficas, pois para os moradores todos pertencem ao Catu, uma única comunidade. Entretanto, há uma notória insatisfação por parte dos moradores quanto a atuação dos representantes da comunidade, como pode ser observado nos depoimentos a partir do questionamento sobre a atuação do representante da associação de moradores:

(...) É um pouco falha. No sentido de responsabilidade mesmo. Não cumpre bem a responsabilidade. (...) puxa assim as vezes pro lado pessoal, sabe, não cumpre realmente. (...) (ENTREVISTADO D)

Pra mim o que ela faz não ta de acordo, porque aqui precisa de mais coisa (...), eh fala mais e resolve as coisas menos. (ENTREVISTADO F)

Pra falar a verdade ele tem que se reunir mais com a comunidade, que ta faltando muito. Porque o representante dessa daqui é Wellington e da de lá é Luis e Walda, só que eles trabalha como agente de saúde e professor, ai não tem como ele se reúne com a associação, faz um tempão que ele não se reúne com a associação. (ENTREVISTADO J)

Não faz nada pra ninguém, só pra eles mesmo. (ENTREVISTADO O)

A falta de comunicação foi um dos pontos mais recorrentes nos depoimentos, pois os moradores, em sua maioria, sentem-se isolados, pouco informados sobre as ações e eventos que estão sendo desenvolvidas na localidade. Principalmente para as famílias que residem mais afastadas na região central do Catu, no inicio da comunidade do Catu/Goianinha. No depoimento do entrevistado J, aparece uma justificativa para essa falha na comunicação que permeia o acúmulo de funções daqueles que representam as associações, sobrando pouco tempo para dedicar-se à resolução de problemas da comunidade. Resultado da observação participante, ao percorrer toda a extensão do Catu, facilmente conclui-se que as distancias entre as casas, as condições das vias e a falta de transporte corroboram para os problemas de comunicação na comunidade.

Outro aspecto ponderado foi a falta de ações que reflitam o todo, pois há um entendimento de algumas famílias de que membros da família dos representantes da comunidade, ou aqueles mais próximos a eles são mais favorecidos. Houve um curso de gastronomia e de condutores para as trilhas, nos quais foi capacitado um número considerável de moradores, no entanto quando chegam visitantes no Catu, poucos são aqueles que participaram da preparação do almoço, lanche, além dos guias serem sempre os mesmos. Na caminhada que ocorreu em comemoração ao Dia do Índio em 2010, ficou evidente a desarticulação da comunidade. O intuito desse evento é movimentar o local e contribuir para o incremento da renda dos agricultores, porém não chegou a 10 (dez) o número de residentes envolvidos. A divulgação prevê que o almoço será elaborado pela comunidade, que haverá apresentação do Toré e exposição de produtos artesanais. Diferentemente, da primeira caminhada de 2008, em 2010 o almoço foi terceirizado por um restaurante de Canguaretama, não havia artesanato e ao invés da dança típica, houve a apresentação de maculelê pelos alunos da escola.

O ocorrido não tira o mérito das ações, porém enseja uma reflexão sobre a forma na qual está sendo proposto o desenvolvimento do turismo no local. Sabe-se que a base do turismo comunitário é a própria comunidade, pois é pensado para agregar valor e melhores condições de vida de todos os habitantes. Maldonado (2009) ressalta a dimensão humana e cultural como a peculiaridade desse segmento turístico. Elogios também são relatados, uma vez que por intermédio dos representantes conseguiram água encanada, energia, reforma da escola, além da introdução da língua Tupi na matriz curricular do ensino fundamental, e a manutenção da tradição da dança do Toré.

Essas discussões remetem à relação de poder proposta por Foucault, ao compreender o cotidiano como um “espaço de contínua tensão, atravessado por instituições disciplinares e por diversificadas práticas culturais empreendidas por não menos diversos sujeitos sociais.” (FOUCAULT, 1996, p. 83).

Partindo do pressuposto que o poder é relacional e transitório, ora está nas mãos dos representantes comunitários, ora da população, pois não se aplica ao sujeito. O sujeito, como núcleo “produtor e transmissor”, sempre está disposto a “exercer e sofrer a ação deste mesmo poder”, tendo em vista a composição de seus discursos e desejos (FOUCAULT, 2007, p.183). Os representantes mudam com o tempo, e a comunidade permanece como uma unidade. Existe uma ausência no

exercício de poder por parte da comunidade, não despertaram para o poder que podem exercer enquanto cidadãos. Muitos se isolam em suas casas e não anseiam se envolver nas manifestações, nos projetos, só querem viver sua vida.

A base econômica da comunidade está sustentada em uma agricultura familiar cuja produção predominante é de batata doce, macaxeira e verduras diversas, além da criação de animais como galinha, gado, peru. As plantações são mantidas de forma orgânica, sem o uso de agrotóxicos. O cultivo é realizado em família, de forma artesanal, no paú (região da vazante do Rio Catu) por ser um local extremamente úmido e fértil, mantendo a tradição dos antepassados. Um problema identificado pela EMATER é a técnica de plantio utilizada pelos agricultores do Catu, que por tradição, preparam a terra na direção vertical ao rio. Esta modalidade favorece a erosão e em época de chuva pode causar a perda de toda produção. Foram feitos cursos mostrando que a melhor forma de plantio, para o local, é em curvas de nível, capaz de diminuir a velocidade da enxurrada (arraste) e aumentar a infiltração da água no solo, evitando assim, as erosões. No entanto, os moradores não aplicaram a técnica por questões culturais, afinal aprenderam a plantar daquele modo e mantiveram a forma tradicional.

**Figura 4:** Áreas de plantação, paú.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2010.

Uma característica determinante é o fato da comunidade estar inserida em um ambiente territorial de profunda transformação via modernização da agricultura e do turismo. Localizada na zona da Mata Atlântica sul, a comunidade é cercada por extensas áreas de cana-de-açúcar, o que explica muitos aspectos sócio-econômicos, sobretudo quando se propõe compreender o processo de adaptação à

agroindustrialização e as estratégias de resistência a este. O ponto chave dessa resistência se concentra na relação entre a comunidade, o fragmento de Mata Atlântica e o rio Catu, instituídos como APA (Área de Proteção Ambiental) da Usina Estivas, pois representa o repositório de boa parte da história, dos símbolos e da luta da comunidade. É nesse espaço que está sendo estruturado o turismo por alguns atores locais.

Vale salientar o trabalho assalariado vinculado à indústria canavieira da circunvizinhança, especialmente no período de colheita que dura de setembro a fevereiro. Conforme já mencionado no capítulo anterior, a diversidade de ocupação dos moradores ratifica o caráter pluriativo do espaço rural. Chama atenção a escolaridade dos moradores, entre os entrevistados somente quatro não tiveram acesso a educação, sendo que a maior parte possui ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto, fato que se deve pela existência de escolas no Catu/RN, como também o programa assistencial bolsa escola, que de certo modo, mantém as crianças no colégio.

A estrutura socioeconômica da região não é das melhores. Os jovens e adultos, em sua maioria, estão desempregados, e a faixa da renda familiar não ultrapassa três salários mínimos. Segundo os entrevistados, as famílias vivem da renda provinda dos auxílios como bolsa família, aposentadoria e bolsa escola. Apesar disso, não reclamam da falta de alimento, pois produzem para o consumo e nisso tem fartura. Ao mesmo tempo, alguns incrementam a renda com a venda dos produtos agrícolas em feiras livres da região.

Não obstante a baixa renda da população, o Catu sofre com as precárias condições sociais básicas, como a coleta de lixo, posto de saúde, transporte para crianças irem à escola e adultos irem trabalhar, entre outros. O fato de ser dividida, geográfica e politicamente em dois municípios dificulta o processo de melhorias na localidade. A exemplo, tem-se a escola do Catu/Goianinha, nova, bem estruturada enquanto a do Catu/Canguaretama deixa a desejar em termos de estrutura. O acesso a água encanada também reflete essa divisão, as famílias do Catu/Canguaretama já são assistidas pelo serviço, enquanto muitas residências do Catu/Goianinha permanecem a espera da água. No que tange à estrutura física do local, verifica-se a presença de 02 (duas) escolas municipais que funcionam em tempo integral, 04 (quatro) pontos comerciais, 03 (três) bares, 02 (dois) postos de saúde e uma capela.

Observa-se também que o Catu não oferece uma estrutura de apoio ao visitante e a existência de alguns problemas de ordem social, dificultam o desenvolvimento turístico no local. É importante considerar que a região receptora da destinação turística deve atender as necessidades básicas da população, a comunidade deve ter na sua localidade uma estrutura que primeiro proporcione a ela o bem estar social e uma melhor qualidade de vida.

Havia um restaurante na comunidade, o único nas proximidades, especializado em galinha caipira, mas foi vendido para Portugueses. Segundo o pedagogo Wando, isso tem sido motivo de preocupação, pois os novos proprietários demonstraram interesse em implantar um hotel fazenda no local. A inserção de equipamentos turísticos construídos por pessoas externas a comunidade pode trazer muitos impactos negativos, principalmente quando a comunidade não está consolidada e fortalecida, como é o caso do Catu.

### **2.2.1 Relação entre a Comunidade e o Rio Catu**

Apesar de boa parte das casas serem beneficiadas com água encanada, presencia-se, constantemente, moradores lavando roupa e utensílios domésticos no Rio Catu. Estes atos contaminam a água do rio, tanto pela lavagem de fraldas sujas com fezes, como pelo uso de sabão e detergente. (Figura 5). Estes, quando não biodegradáveis, ocasionam a formação de espuma branca na superfície dos rios, diminuindo a oxigenação da água, o que afeta os processos ecológicos daquele ambiente. Já nas fezes podem ser eliminados ovos do *Schistosoma mansoni*, causador da esquistossomose (“barriga d’água”). Ao alcançar a água, ovos eclodem e passam a parasitar no caramujo do gênero *Biomphalaria* (hospedeiro intermediário), onde se desenvolvem e originam as cercárias. Estas, por sua vez, penetram na pele do homem através da água e ali parasitam na forma de *Schistosoma mansoni*. (UFRGS, 2010).

**Figura 5:** (A) Uso indevido do Rio para lavagem de roupas e utensílios domésticos. (B) Rio Catu



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2010.

Ao longo do trecho do rio Catu, existem 3 focos de *Schistosoma mansoni*, segundo a agente de saúde Maria Francinice Alexandrino Soares. Contudo isso não impede moradores de banhar-se no rio em locais onde há presença dos caramujos; ao ignorarem o risco acabam contaminados.

A pesca, ainda realizada de forma artesanal e destinada somente para o consumo, mantém tradições ancestrais no uso de materiais e no método. O uso do Covo - uma armadilha no formato de um cilindro no qual a presa entra e tem dificuldade de sair- e, do Choque - um instrumento para a pesca manual, construído com galhos estreitos aproximadamente 80 cm com formato cônico. Todavia, devido ao mau uso do rio, anteriormente explicitado, a escassez de peixes torna-se eminente.

### **2.2.2 Relação dos moradores com a Mata Nativa (APA)**

A partir do momento que surge a agricultura como nova forma de economia, as modificações nas áreas naturais tornam-se severas, ocorrendo um desmatamento em grande escala, principalmente no bioma Mata Atlântica, por localizar-se margeando o litoral brasileiro (DORST, 1973). A APA existente no Catu configura-se como resquício desse bioma, um dos poucos do estado do RN, por isso torna-se importante sua conservação e uso adequado por moradores e visitantes.

A presença da mata nativa no Catu configura uma relação histórica com a comunidade. Realidade percebida ao se percorrer as trilhas, pela existência de vários pontos repletos de significado identitário, cujas denominações refletem a relação da mata com a vida dos moradores locais. Chauí (2003, p. 307) pondera que:

a cultura nasce da maneira como os seres humanos interpretam a si mesmos e as suas relações com a natureza, acrescentando-lhe sentidos novos, intervindo nela, alterando-a por meio do trabalho e da técnica, dando-lhe significados simbólicos e valores.

As trilhas da APA serviam, anos atrás, para conduzir os parentes mortos, até o município de Espírito Santo/RN. Segundo as crenças, ao serem enterrados no cemitério ao lado da igreja, ficariam mais próximos do céu. Esse trajeto era realizado a pé, por homens, e durava em torno de 5 horas. Hoje, as mesmas trilhas, são utilizadas para se ter acesso ao referido município, por ser o caminho mais curto, principalmente quando acontecem festividades. Os moradores do Catu seguem a pé, arrumados, pela mata, mesmo com a presença de áreas alagadas, e do solo irregular.

**Figura 6:** Trilha no interior da APA.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2010.

No interior da APA, existem fontes de água doce que abastecem algumas residências, como também são utilizadas em momentos de lazer dos moradores e dos visitantes. Ao se percorrer as trilhas observa-se a exuberância da vegetação, com sua variedade de espécies vegetais, cada qual com um significado para aqueles que vivem no local. Os animais pouco são vistos durante o passeio, sendo

possível observar buracos na terra feitos por caçadores a fim de pegar a presa, bem como rastros deixados pelos animais. Por justificativa para tal, tem-se o fato de afungentarem-se com o barulho e movimentação para fins de proteção, uma vez que, apesar da proibição pelo IBAMA, alguns moradores ainda praticam a caça. Os 'caçadores' são prontamente reconhecidos, numa caminhada pela comunidade, quando se observar os homens com facões e espingardas de caça em sua cintura.

Diante disso, constata-se que as atividades referentes ao turismo no espaço rural, em sua quase totalidade, ocorrem na APA. São 10 km de extensão, acompanhados por condutores locais, que contam as lendas e histórias da comunidade. Maiores detalhes sobre esse atrativo estarão no próximo capítulo.



### **CAPÍTULO III**

#### **ASPECTOS TURÍSTICOS E A CULTURA LOCAL DO CATU/RN**

---

### 3.1 TURISMO E CULTURA

O turismo em comunidades tradicionais tem por essência a identidade cultural que se quer resgatar ou o pouco que delas se deseja conservar. O turismo pode ser também potencializador do resgate de aspectos étnicos, sem necessariamente espetacularizar a autenticidade dessas culturas (GRÜNEWALD, 2002). Pode-se dizer que o turismo e a cultura estão integrados e se complementam. Viaja-se em busca não somente da paisagem, mas também na forma em que essa paisagem é contextualizada, nos hábitos, na comida, nas danças, na forma de interação, na cultura do lugar (BARRETO, 2003).

A cultura está presente no modo de escrever, nos movimentos de dança, nas brincadeiras infantis e como a sociedade se comporta. Em uma ampla definição, o antropólogo Taylor relacionou os termos advindos da França, Inglaterra e Alemanha, abrangendo os vários aspectos do homem como ser social, e definiu cultura como “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Esta compreensão remete que a responsabilidade do turismo cultural deve ser com a valorização, revitalização e fortalecimento da identidade autóctone (TOMAZZI, 1998, p.166).

De forma complementar e mais aprofundada, Clifford Geertz, descreve o conceito de cultura a partir da antropologia. O autor compreende a cultura como sendo a “própria condição de vida” do homem, fruto das ações humanas, e processo contínuo no qual se dá sentido a essas ações. Ao mesmo tempo é universal e local, levando-se em conta que todos os humanos produzem cultura, e que é a dinâmica de vida particular que significa o que o ser humano faz (GEERTZ, 1989).

A cultura consiste em estruturas de significados socialmente estabelecidos, ou seja, em sistemas entrelaçados de signos interpretáveis. A cultura é, assim, pública porque o significado o é. Para Geertz (1989), a cultura é como uma teia de significados construída pelos próprios homens. Portanto, pode-se conceituar cultura como as diferentes maneiras de viver de um povo, transmitidas de geração a geração, recebidas por tradição. É essa identidade que possibilita cada grupo social reconhecer-se simultaneamente semelhante e diferente de outro grupo.

Os aspectos inerentes de uma cultura, que a consolidam são considerados patrimônios de um determinado local. Por patrimônio histórico de uma cidade compreende-se o conjunto de manifestações produzidas socialmente ao longo do tempo. As construções, o desenho da cidade, as praças, o paisagismo, as manifestações culturais e os costumes tornam-se referências simbólicas e afetivas dos cidadãos, constituindo a imagem, a identidade da cidade em que vivem.

Castro (1991, p. 179) infere que “o bem histórico é dotado de valor social. Tem a capacidade de estimular a memória das pessoas, vinculado a uma comunidade, contribuindo assim, para garantir a sua identidade cultural e melhorar sua qualidade de vida”.

Para um melhor entendimento da cultura local, os conceitos de patrimônio cultural abrangem duas divisões: o patrimônio imaterial e o patrimônio material. O Patrimônio Material é imóvel, inserido num conjunto de bens segundo as suas características como cidades, sítios arqueológicos, entre outros. O Patrimônio Imaterial é constituído pela transmissão de saberes das gerações, sua identidade e continuidade. No Catu o patrimônio se constitui na modalidade do imaterial, pois não há bens imóveis, e sim uma riqueza de saberes locais, a identidade étnica e como se perpetuam a gerações. Conforme consta no art 216 da Constituição Federal de 1988, que define patrimônio cultural brasileiro como “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)”.

A partir desse aporte teórico, que o mercado do Turismo Cultural encontra-se em expansão, e demonstra o interesse dos turistas em conhecer outras culturas em experimentar novas sensações. De acordo com dados do Ministério do Turismo (BRASIL, 2007), a preferência dos turistas está favorável ao Turismo Cultural, que ocupa o terceiro lugar nos interesses para as viagens. Surge como mecanismo de diferencial para a demanda turística por seu modelo abrangente, devido à diversidade cultural e miscigenações existentes no mundo. Nesta perspectiva, o turismo cultural pode ser uma vasta linha de oportunidades diferenciadas, ainda se considerando um único país. No Brasil, em cada um dos seus estados encontram-se distâncias não somente geográficas, mas também de hábitos, danças, musicalidade e expressões culturais diversificadas (MÔNICA, 2001).

Convém ressaltar que esse segmento turístico precisa ser planejado para não transformar o patrimônio material ou imaterial, em produto de consumo. Sua responsabilidade deve ser com a valorização, revitalização e fortalecimento da identidade autóctone.

### 3.2 CATU E SEU PATRIMONIO CULTURAL E NATURAL SOB O OLHAR DOS MORADORES

Já no início do século XXI, por ocasião de uma série de acontecimentos fizeram reaparecer a questão indígena no estado do RN: (a) o aumento da militância indígena a partir do debate sobre os 500 anos do Brasil, (b) o fortalecimento de políticas de inclusão, (c) a disseminação de estudos antropológicos, (d) a consolidação das instituições de representação de grupos étnicos. Estes são balizados por Silva (2007) como os elementos por trás das estratégias empregadas para conquistar as demandas sociais, como é caso do Catu.

Nas entrevistas, constatou-se o orgulho dos moradores por serem remanescentes indígenas pela forma com a qual respondiam o questionamento se eram ou não índios. Muitos disseram: “Claro que sou índio. Minha vó era índia e o meu sangue é o dela”. O que conforma a identidade indígena como uma relação de pertença à comunidade, visualizada no depoimento de um dos entrevistados:

Eu sou cabocla índia dos Potiguara, de rio Tinto, e agora minha fala ta assim, mas minha fala num era assim não, era embulada, mas depois que me acostumei, cheguei aqui, ai mudei a fala. (ENTREVISTADO P)

Muito embora reconheçam sua descendência, e a dança do Toré como ritual indígena preservado na comunidade, grande parte dos entrevistados não tem conhecimento dos costumes locais, nem se envolvem nas manifestações culturais. Fato corroborado por um dos entrevistados que relatou certa inquietude a respeito do assunto. Segundo ele, na época de sua infância e juventude o local era repleto de índios, as pessoas viviam no mato, corriam soltas, porém muito se perdeu devido ao envelhecimento daqueles que viveram nesse tempo. Em virtude disso, o morador

frisa não adiantar a tentativa de resgatar uma cultura que os jovens e as crianças de hoje não viveram, não será o mesmo.

**Figura 7:** Morador da Comunidade do Catú, representando a cultura indígena.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2008.

Nesse sentido, cabe uma reflexão, já que a cultura é a identidade de um povo. Se a comunidade do Catu não valorizar e tentar fortalecer seu patrimônio cultural, a cada geração que passa um pouco mais dos hábitos, costumes, tradições é perdido. Ao invés de se constituírem como uma comunidade tradicional de remanescentes indígenas, serão uma comunidade rural que perdeu sua identidade.

A dança do Toré vem sendo difundida na comunidade, visto que é uma das formas básicas de manutenção das raízes culturais, um patrimônio imaterial local. As Danças são manifestações antigas, que sobrevivem ao tempo. O homem primitivo dançava por motivos ligados geralmente ao sagrado, essa iniciativa religiosa contribuiu com a evolução da humanidade, devido à fé. Gurgel (1999, p. 99) infere que:

A dança antes de ser uma expressão do instinto lúdico do homem, foi um ritual sagrado, pelo qual agradeciam-se os favores dos deuses para a abundância das colheitas, da caça, da pesca e das vitórias guerreiras. Danças coletivas, executadas em círculo, ao redor de fogueiras.

Portanto, dançar é a arte de mover o corpo segundo uma certa relação entre tempo e espaço, “(...)um meio de expressão e de comunicação complexo, que envolve valores, portanto, a cultura.” (SIQUEIRA, 2006, p. 72).

Segundo o pedagogo da comunidade do Catu, José Luis Soares, a dança do Toré é puxada por um mestre de canto e os outros índios respondem, quando chamados. A celebração é um ritual de integração entre os sentimentos indígenas e a mãe natureza, buscando a conexão com a energia divina. As danças são feitas em círculo, geralmente ao redor de uma fogueira que é a forma da oração coletiva, por momentos de mãos dadas e por outros soltos. (Figura 8).

**Figura 8:** Preparação para dança do Toré. (A) Crianças customizadas iniciando a roda. (B) modelo da fogueira que fica ao centro.



**Fonte:** Vandregelson, 2009.

Um exemplo de atrativo potencial, que já movimentava um fluxo expressivo de pessoas no Catu é a Festa da Batata que ocorre há três anos. Surgiu pelo motivo do plantio de batata doce, a maior cultura agrícola do local, e vem sendo comemorada todo dia primeiro de novembro. Na ocasião, a comunidade comemora o Dia de Todos os Santos, uma forma estratégica de resgatar as características culturais da comunidade, ao passo que se torna um atrativo cultural para propagação do turismo na localidade. Na festa são apresentadas diversas manifestações da cultura como o Toré e o artesanato.

Outro aspecto relevante que faz parte do seu patrimônio imaterial é a forma com a qual as famílias cuidam de suas residências. Ao transitar pelo Catu observa-se o cuidado das famílias com o paisagismo de seus terrenos, principalmente do lado Canguaretama. O chão é de terra batida, não há coleta de lixo frequente, porém as cercas vivas são bem cuidadas feitas artesanalmente pelos próprios moradores, o terreno limpo e organizado.

**Figura 9:** (A) rua do Catu/Canguaretama. (B) residência do Catu/Goianinha.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2010

No que concerne a prática do turismo no local, constatou-se que, a seu modo, os moradores estão cientes do que vem a ser o turismo e o que muda em suas vidas a partir do seu desenvolvimento. Os entrevistados, quase em sua totalidade, afirmaram que se houver visitação a primeira mudana a ser percebida será na renda dos autóctones, uma vez que o trabalho   informal, em suas próprias plantaoes ou colhendo cana para as usinas do entorno. Por isso, os moradores acreditam que o turismo trará uma oferta de trabalho, eles poderão ser inseridos como condutores locais, vendendo artesanato, oferecendo refeioes com sua culinária típica.

Quando questionados sobre como percebem a prática do turismo rural no Catu, relataram ser importante, mas com um longo caminho a percorrer. Externaram ser possível o desenvolvimento da atividade desde que haja empenho de todos. A atual realidade do turismo no local é enfatizada pelo Entrevistado A, em seu depoimento:

Turismo rural no Catu, ela ta sendo praticada lentamente, sabe por quê?  
Porque as visitas não são muito frequentes, só vem na semana do  ndio, na semana da Festa da Batata.

O mesmo entrevistado, relata que a baixa visitação deve ser em função da não divulgação do Catu:

Ele não tá sendo um ponto de divulgação para que ele chegue mais, pelo menos de 15 em 15 dias ou de mês em mês mais ou menos. Sabe tá sendo muito lenta, só nas datas comemorativas, data da cultura local que eles estão vindo. (ENTREVISTADO A)

O turismo quando desenvolvido paulatinamente, respeitando o modo de vida local e a adaptação dos moradores frente às mudanças, tende a ter um ciclo de vida mais longo. Os impactos negativos serão tanto menores quanto maior for o fortalecimento da comunidade. O fato do Catu ainda não ter sido 'descoberto' como destino turístico no espaço rural auxilia no processo de amadurecimento da comunidade e na execução de ações melhor planejadas.

Vale salientar o entendimento dos moradores sobre os atrativos que possuem. Alguns acreditam que suas plantações, seu modo de vida, a casa de farinha, a mata, o rio, e a cultura são atrativos potenciais, pelos quais as pessoas se interessarão em visitar o Catu. Conforme retratado nos depoimentos:

(...) assim, em termos de arte, de culinária (...). Poderia se formar uma cooperativa (...), juntar com as meninas, tem pessoas aqui, que sabe trabalhar com cipó, saboca, (...) sabem fazer muitas coisas mesmo, se tivesse uma cooperativa. (ENTREVISTADO D)

primeiro o pessoal que vem pra cá, so vem pra visitar a trilha. (...) tem vários pontos aqui que podia inová, (...), oferecer pra conhecer a microcasa de farinha. Conta mais a historia da comunidade. (ENTREVISTADO J).

Rapaz aqui tem tanta coisa pra mostrar, tem a floresta, a mata é muito bonita. (ENTREVISTADO N).

Citado por grande parte dos entrevistados, o artesanato local compreende artefatos usados pela comunidade nas atividades tradicionais (a caça, pesca e a agricultura), e aqueles confeccionados para comercialização em feiras ou para o uso pessoal. Os recursos para fabricação dos artesanatos são provenientes da mata nativa, passando de geração em geração. Alguns exemplares são o balaio (tem função de carregar produtos ou objetos), a cesta (tem função semelhante ao balaio), saburá (utilizado para guardar os pescados durante a pesca), maracá (instrumento musical usado em rituais), cuia (serve para guardar farinha), urupema (serve para peneirar a massa da mandioca), cola (produzido através de sementes).

**Figura 10:** Artesanato comercializado na caminhada de 2008.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2008.

Apesar de ser considerado como atrativo, a confecção de artesanato local não está tendo a devida atenção por parte dos moradores. A EMATER realizou oficinas de capacitação em artesanato, assim como a prefeitura também oferece esses cursos, mas poucos se interessam, conforme explicitado no depoimento abaixo:

Fizeram um treinamento de oficina aí o pessoal todo aprendeu naquela semana, não praticaram, perderam o ritmo. (...) sempre faço meus artesanatos, faço brincos, pulseiras, colares. agora isso vem da minha cultura indígena e por sinal passei um ano na prefeitura dando aula de artesanato pros menino. Agora só gosto de dar aula pros indígenas, dando aula e ver o cara no futuro ta praticando. Eu dei aula o ano todinho de artesanato pra prefeitura. Levava o material de casa mas o pessoal não tinha interesse. Eu pratico por prazer por gostar. (ENTREVISTADO A)

A cultura local é repleta de crendices e lendas, que podem ser atrativos turísticos do local. O novo turista anseia por esse tipo de conhecimento, em vivenciar o dia-a-dia da comunidade, aprender sobre seus usos e costumes.

Como crendices, os moradores mais antigos preservam o ritual de novenas para a virgem Maria no mês de maio, colocando flores em volta da imagem. No último dia do mês é realizada a queima das flores, para espantar os maus olhares. Outro aspecto de demonstração da fé, preservada pela comunidade, é a comemoração pela passagem do Dia de Todos os Santos no mês de novembro, cujo

costume contempla procissão e depósito de um santinho, por morador, de sua fé no caixote que estará sendo carregado.

Os 'catuzeiros' apresentam uma relação de proximidade com o meio ambiente, utilizando-se de sinais da natureza para guiar ações, como por exemplo, identificam o número de dias chuvosos a partir da quantidade de apitos produzidos pela cigarra de inverno.

Na caça e pesca, o costume que vem dos antepassados, somente homens participam da caça, por ser considerado um trabalho difícil que requer habilidade. Geralmente vão aos pares, não existindo um critério de idade para iniciar na caça.

Outro aspecto relevante, inerente a comunidades tradicionais indígenas é o uso das plantas para fins medicinais. A comunidade do Catu conserva, há gerações, a sabedoria da medicina popular através de algumas plantas, como é o caso da mangabeira. Sua casca tem propriedades adstringentes, e o látex, é aplicado para curar pancadas, inflamações, diarreia, tuberculose, úlceras e herpes. O chá feito a partir das folhas dessa planta serve como analgésico para cólica menstrual. Infelizmente, essa prática resume-se a poucos moradores, adultos, podendo ser perdida caso não haja interesse dos mais novos em aprender.

**Figura 11:** Cabaça utilizada na confecção de garrafadas para cura de doença.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2010.

Conforme já ponderado, o atrativo mais citado, considerado como principal para os moradores, é a área da mata (APA). A extensão da trilha é de 10 km, divididos em 10 trechos, cada um com aproximadamente 1 a 2 km. O percurso é circular, uma vez que não se vai e volta pela mesma trilha, tornando o trajeto ainda

mais interessante. Durante o trajeto existem dois pontos para banho, o primeiro na bica e outro nas proximidades de um antigo açude. Apesar de longo, o passeio não é cansativo, pela beleza da paisagem, pelos significados dos pontos de parada, e pelo solo irregular, deve-se estar atento por onde se anda.

Os pontos principais da trilha são:

- Mirante do Gavião – entrada da trilha, cujo nome foi escolhido pela existência de um reduto de gavião. O percurso até esse ponto tem aproximadamente 2 km de extensão.
- Trilha da Raposa – pela existência de raposas na área.
- Trilha da Água Fria – percurso que passa pela lagoa da água fria, na qual os antigos nativos descansavam após a refeição.
- Trilha Tupinambá – significa filho do primeiro pai, referente ao primeiro habitante indígena do território brasileiro. (Figura 12).

**Figura 12:** Sinalização da trilha tupinambá feita para a caminhada de 2008.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2008.

- Trilha Comadre Florzinha - significa mãe da mata, relacionado à lenda da caipora. O local também é conhecido como chapada da mangabeira.
- Trilha do Pau Mulato - nome dado pela abundância de pau mulato no trajeto.
- Trilha da Nascente - está localizada na nascente do Rio Catu. A lenda da nascente fala da aparição do Batatão com formato de uma cobra de fogo.

- Trilha do Nativo - local de onde os nativos retiravam a lenha e caçavam animais silvestres.
- Trilha da Cabana do Seu José de Uruçu - O nome foi dado para homenagear o nativo José de Uruçu. Homem arredoio que vivia isolado na mata nativa e convivia com as abelhas. No local é possível observar as ruínas da sua casa. (Figura 13).

**Figura 13:** Ruínas da cabana do José de Uruçu.



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2009.

- Trilha da Barragem do Jacaré – passa por uma barragem pertencente ao Rio Catu. Segundo moradores este local é utilizado para pesca artesanal.

O desenvolvimento do turismo pode auxiliar no processo de manutenção da cultura, pois o turismo realizado em comunidades tradicionais fundamenta-se na identidade cultural que se quer resgatar ou o pouco que delas se deseja conservar. Este é um sentimento expressado pelos entrevistados, por acreditarem que o turismo é algo muito bom para a divulgação e o reconhecimento do seu patrimônio cultural. Uma forma de se tornarem conhecidos e inseridos em roteiros turísticos existentes no estado do RN. Alguns depoimentos a esse respeito merecem destaque:

(...) devido a visita, vai entender o valor dessa cultura, quem vai valorizar, só coisa boa, ia ajudar muito. Quem não tem conhecimento não valoriza, mas quando tem alguém que dá valor. Tem muitas pessoas daqui que é indígena, (...), mas não valorizam, não pratica. (ENTREVISTADO D)

Pra isso tem que ter mais palestra, a população se conscientizar. Eu imagino que poderia se fazer assim: poderia fazê um stander, faze, abri um

restaurante pra botá comida típica da nossa população, ai ali começa a fazê lembranças, tipo assim né, artesanato. (...). (ENTREVISTADO L)

Por serem ambientes frágeis, o desenvolvimento do turismo no espaço rural merece cautela e um planejamento adequado que atenda as necessidades locais. O turismo, como qualquer atividade econômica, traz impactos negativos para os locais onde ocorre. Em uma comunidade tradicional, como a do Catu, o ambiente é muito favorável a transformações que modifiquem o modo de vida e a cultura, como ponderado por um dos moradores:

o interesse tem limites (...) tem um certo limite de não dar muita chance, entra com cuidado, entra com todo respeito, agente trata bem, agora o olho clínico, porque tem que cuidar, preservar. (ENTREVISTADO S).

O professor do município de Goianinha, Luiz Catu, enfatiza que o turismo é um fator que não só ajuda na diversificação da base econômica daquele espaço, como também auxilia na preservação ambiental, na conservação da mata atlântica.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se averiguar que a comunidade rural do Catu apresenta singularidades que permitem sua inserção no mercado turístico no estado do RN, tais como o fragmento de Mata Atlântica, o cultivo orgânico de hortaliças, batata e macaxeira, a cultura étnica. Além desses fatores, a proximidade do município de Tibau do Sul, consolidado como um dos 65 destinos nacionais indutores de turismo no Plano Nacional de Turismo, é propícia a existência de uma demanda turística contínua no local.

A partir de uma realidade constatada em visitas a comunidade do Catu, iniciou-se um processo de pesquisa e questionamentos sobre a cultura e o modo de vida dessa comunidade, já que a formatação do turismo estava sendo conduzida por um órgão público. Logo se procurou investigar a relação entre o contexto sociocultural e o desenvolvimento do turismo rural, a partir das percepções da população do Catu.

O entendimento acerca do novo turismo, como sendo um fenômeno social, não puramente econômico, que serve como meio de comunicação e interação, permite um encurtamento da distância social entre diferentes etnias, raças e culturas, possibilitando uma maior inclusão social. Neste contexto insere-se o turismo no espaço rural, pois este abrange, conforme Graziano da Silva (1996), uma variedade maior de atividades, não excludentes e complementares, das quais fazem parte segmentos como ecoturismo, turismo de lazer, turismo étnico-cultural, bem como o turismo rural na sua essência.

Uma das características marcantes desse segmento do turismo é a pluriatividade no meio rural, pela exigência de ser, o turismo, complementar às atividades rurais primárias, não podendo ser visto como substituto ou única fonte geradora de renda. Para esta dissertação propôs-se averiguar qual o entendimento dos moradores quanto ao significado do turismo rural comunitário, a fim de elucidar sobre como está sendo pensado e estruturado o desenvolvimento deste turismo no local. Grande parte dos entrevistados não compreende o conceito de turismo no espaço rural, tal qual proposto por autores que se dedicam ao estudo do tema, entretanto, ao seu modo de ver, entendem que esse turismo é estabelecido quando visitantes vem até o Catu em busca das características de uma comunidade rural.

Apesar de não saberem dizer de forma concreta, o que vem a ser turismo no espaço rural, consideram o mesmo adequado para sua localidade, percebido nos depoimentos sobre os atrativos turísticos do Catu. Os entrevistados, em sua maioria, apontaram como atrativos do local as plantações, a micro casa de farinha, a área da mata conservada (APA), a cultura indígena, a gastronomia. Esses atrativos elencados conferem uma preocupação quanto à forma como o desenvolvimento do turismo no espaço rural acontecerá, uma vez que nos ambientes rurais concentram-se as áreas mais frágeis, com menores níveis de condições de vida das comunidades, quer seja, em questões financeiras ou educacionais.

As (inter)relações do turismo com o meio ambiente natural e cultural estão repletas de implicações positivas e negativas. Enquanto positivamente, a atividade turística pode interferir nesses ambientes e colaborar na sua conservação, preservação, mesmo recuperação, através do manejo e planejamento; além de contribuir para o desenvolvimento econômico de uma região pela geração de emprego e renda, o que implica na conseqüente melhoria e manutenção da qualidade de vida das comunidades receptoras. Por outro lado, afeta negativamente, por falta de um planejamento turístico adequado, que priorize a comunidade e a manutenção do seu modo de vida, respeitando seus valores socioculturais.

Constata-se que os recursos naturais e culturais que alicerçam o turismo estão sujeitos a intensos processos de degradação, sendo visíveis pelo uso inadequado do solo, pela degradação e ocultação da paisagem, poluição em todas as suas formas, destruição de recursos, mudanças de comportamento dos autóctones, descaracterização e vulgarização da cultura.

O Catu apresenta um ambiente altamente frágil, pois a comunidade se distribui às margens do rio Catu, cercada por plantações de cana-de-açúcar. A produção agrícola se concentra nas áreas de paú, muito próximo à margem do rio, contribuindo para a diminuição da mata ciliar que o protege. Ainda existe um trecho de Mata Atlântica no local, o qual os moradores utilizam para seu lazer, para caça, para se deslocar a outros municípios vizinhos; esta área de mata nativa vem sendo estruturada como o principal atrativo turístico por sua beleza paisagística e significado cultural.

Diante dos aspectos étnico-culturais e sua relação com o meio ambiente, a comunidade do Catu configura-se como uma comunidade tradicional, na qual o desenvolvimento do turismo rural e cultural, baseado na comunidade pode auxiliar

na sua manutenção, a partir do fortalecimento do seu patrimônio cultural, conforme menciona Maldonado (2009). O interesse dos turistas em conhecer outras culturas, em experimentar novas sensações, viabiliza o surgimento de novos segmentos turísticos, a interiorização e a prática do turismo no espaço rural.

No entanto, o turismo precisa ser visto com cautela ao ser introduzido em locais socioculturalmente frágeis, por ser um consumidor intensivo de território. Maldonado (2009) em seus estudos sobre turismo em comunidades tradicionais relata que grande parte das deficiências averiguadas são resultados da inserção dessas comunidades no turismo de forma improvisada. A falta de profissionalismo e de conhecimento sobre o mercado turístico e os processos de gestão incorrem no desenvolvimento inadequado do turismo, podendo afetar o modo de vida e a cultura local.

Nesse sentido, procurou-se compreender as percepções da comunidade do Catu a respeito do desenvolvimento do turismo no local, os limites e as expectativas em relação ao tema.

Como pode ser observado nos depoimentos, os residentes apresentam uma postura favorável as mudanças geradas pelo turismo, porém só elencaram impactos positivos da atividade, como a geração de emprego e renda. O índice de desemprego é alto no local, principalmente entre os jovens, por isso acreditam que o turismo pode criar novas ocupações e oportunidade de incremento da renda familiar. Em contrapartida, o turismo, assim como qualquer outra atividade econômica, traz impactos negativos a uma localidade, que podem ser potencializados caso não haja uma estrutura social e cultural organizada e fortalecida. Nos relatos, os moradores apontam como aspectos mais positivos do local a segurança, a ausência de consumo de drogas, a tranquilidade. Sabe-se que o turismo pode induzir à transformação desses pontos positivos em negativos, quando não bem planejado, principalmente em locais cujo contexto social apresenta muitas fragilidades, como observado no Catu.

Ruschman (2000), ao discorrer sobre os impactos socioculturais do turismo, infere que a empolgação imediata com o turismo incorre em uma euforia capaz de modificar o modo de vida dos residentes. Estes passam a se moldar a nova atividade, deixando de lado seus afazeres anteriores. Caso não haja controle e organização comunitária, as transformações provenientes do turismo podem ser

irreversíveis incorrendo em apatia e irritação com a atividade e numa possível hostilidade para com os visitantes.

Nesse sentido se faz necessário verificar quais os valores culturais étnicos consolidados pela comunidade do Catu. Através da pesquisa empírica ficou claro que o Catu possui aspectos étnico-culturais significativos para o desenvolvimento do turismo e para a manutenção da cultura indígena no estado do Rio Grande do Norte.

O ar bucólico, rico em lendas e histórias, as belezas naturais e culturais fazem da comunidade um lugar especial, com diferenciais para o desenvolvimento do turismo rural comunitário. É notório o valor identitário entre os moradores, eles se entendem como remanescentes indígenas e, grande parte, quer ver sua cultura difundida e fortalecida. Essa relação de pertença da cultura indígena por parte dos moradores foi fortalecida em função da luta pelo reconhecimento como remanescentes indígenas. As percepções dos moradores a esse respeito foram modificadas nos últimos anos, conforme observado no trabalho antropológico de Silva (2007), no qual ficou constatado o início da alteração no pensamento dos moradores sobre o ser ou não indígena, por uma busca da autenticidade.

Nas visitas iniciais, quando foram iniciadas as conversas informais e a observação participante para a realização da presente dissertação, aqueles moradores mais atuantes pela causa do reconhecimento e manutenção da cultura, avisaram que dificilmente os moradores responderiam que eram índios. Há uma discriminação por parte das sedes dos municípios de Goianinha e Canguaretama, pois consideram o Catu “terra de ninguém”, uma vez que não há regulamentação fundiária da comunidade, ou seja, as famílias habitam as terras a gerações sem que haja um registro oficial de propriedade. Todavia, durante as entrevistas, ocorreu o inesperado, os moradores respondiam com certa ênfase ‘sim, sou índio’, comprovando que a cultura envolve a busca por uma identidade comum.

O orgulho em ver seus usos e costumes admirados por outras pessoas eleva a auto estima dos residentes, porém se faz necessário consolidar a comunidade para que esta se torne agente atuante no processo de organização do turismo no local. Consolidar no sentido de uma maior articulação entre os moradores e seus representantes das associações, um envolvimento maior nas questões culturais que estão sendo resgatadas e difundidas.

Estes aspectos, inerentes ao Catu, sustentam que o desenvolvimento de um turismo no espaço rural calcado na comunidade é o mais adequado para o local,

uma vez que, em fase de crescimento, há tempo para estruturar uma atividade que preze pelos hábitos e costumes dos moradores locais. No entanto, ao analisar a hipótese levantada neste trabalho que versa sobre os aspectos socioculturais da comunidade do Catu serem adequados a implementação do turismo rural comunitário, cabe uma reflexão.

Sabe-se que uma local só será bom para o visitante quando o for para seus moradores. No Catu a realidade social é preocupante: as vias de acesso são precárias, a coleta de lixo é deficiente, as condições sanitárias são inadequadas, a baixa renda familiar, falta de estrutura física para atender a população e aos visitantes. Esse contexto revela que, apesar do potencial cultural e natural do Catu, os aspectos sociais não são adequados para o desenvolvimento do turismo, uma vez que para o turismo acontecer, não basta ter atrativos, precisa-se de uma estrutura mínima (acesso, hospedagem, alimentação, apoio), simples, mas presente.

Para que os impactos negativos decorrentes da implementação do turismo rural não sejam potencializados, alterando o modo de vida local, faz-se necessário um fortalecimento da comunidade. Ficou constatado a desarticulação e o envolvimento de poucos nas ações relacionadas ao turismo que vem sendo desenvolvidas no Catu. Se o alicerce para o turismo rural comunitário é o envolvimento dos moradores locais como agentes do processo, o primeiro passo para que haja a possibilidade de se aplicar este segmento turístico no Catu é a união dos que ali residem.

O Catu merece um olhar especial por abrigar a maior população de remanescentes indígenas do RN, patrimônio vivo de uma cultura por vezes discriminada. O local merece ser inserido nos roteiros turísticos do estado do RN, por essa importância histórico-cultural. Portanto, um planejamento de forma participativa, integrada, que pense no bem-estar da comunidade poderá viabilizar o desenvolvimento do turismo rural comunitário no Catu.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim, Anécio; FROEHLICH, José Maços; RIEDL, Mário (Orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Campinas/SP: Papirus, 2004. (coleção turismo).

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 4, p. 37-70, Jan/Julho 2003.

BARRETO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, out 2003, p.15-290.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. *In*: RODRIGUES, Balastrieri Adyr. (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p 23-41.

BLANCO, Enrique Sergio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as novas ruralidades e sustentabilidade do desenvolvimento local. *In*: BRATHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs). **Turismo de base comunitário: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p 25-44.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Chamada Pública MTUR n. 001/2008** – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo: diretrizes políticas**. Brasília, 2004a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. 2004b.

BRITO, Brigida Rocha. Turismo em espaço rural, A experiência de São Tomé e Príncipe. **Mneme - Revista de Humanidades**, Caicó (RN), v. 7, n. 19, p.16-56, dez/jan. 2006. Bimestral. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

CALS, J.; CAPELLÀ, J.; VAQUÉ, E. **El turismo en el desarrollo rural de España**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1995.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, José. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro. *In*: OLIVEIRA, C. G. de S. (org.) **Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 1999.

CARVALHO, Augusto Carlos Avelino Teixeira de; GONÇALVES, Salete; MORITZ Tatiana. Redes de cooperação na agricultura familiar: uma possibilidade de turismo rural no assentamento Timbó/RN. *In: X Sit - Seminário Internacional de turismo*, 2008, Curitiba (PR). **Anais...**, out 2008. CD-ROM.

CASTRO, Sonia Rabelo de. **O Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. *In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org). Geografia e Turismo: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 95-121.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

DALE, Paulo J.; GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, Carlyle. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. *In: ALMEIDA, Joaquim, Anécio; FROEHLICH, José Maços; RIEDL, Mário (Orgs). Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. 4. ed. Campinas/SP: Papirus, 2004. p.15-62 (coleção turismo).

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sociologia do Turismo**. Atlas. São Paulo: 2003.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra: por uma ecologia política**. São Paulo: Edgard Blücher, 1973.

FLORES, M. X.; MACÊDO, M.M. **Novos rumos do desenvolvimento rural**. XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: Foz do Iguaçu, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24. ed. São Paulo: Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GEERTZ, C.. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara / Koogan, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: \_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003, p.141-159.

GURGEL, Deífilo. **Espaço e Tempo do Folclore Potiguar**. Natal: Grafpar, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br). Acessado em 10 de mar. de 2010.

JOAQUIM, G. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 35-45.

KNAFOU, R. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org). **Turismo e Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução: Contexto traduções Ltda. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LEFÈVRE F; LEFÈVRE A. M. C. **Depoimentos e Discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: LiberLivro, 2005.

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. Turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs). **Turismo de base comunitário**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p 25-44.

MALDONADO, Carlos. Turismo rural comunitário na América latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs). **Turismo de base comunitário**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p 25-44.

\_\_\_\_\_. 2003. *Redturs in Latin America: Network for Sustainable Tourism Development with Rural and Indigenous Communities*. *International Labour Organization*. Disponível em <[http://turismo-sostenible.rds.hn/documet/Maldonado\\_REDTURS.pdf](http://turismo-sostenible.rds.hn/documet/Maldonado_REDTURS.pdf)> Acessado em 5 set 2009.

\_\_\_\_\_. 2006. *Primer Seminario Regional Sobre Etica en el Turismo (Quito, Junio)*. *Red de Turismo Sostenible Comunitario para America Latina (Redturs)*. *Organizacion Internacional del Trabajo*. Disponível em <[http://www.world-tourism.org/code\\_ethics/sp/sem\\_quito/presentaciones/maldonado.pdf#search=%22turismo%20comunitario%20OIT%22](http://www.world-tourism.org/code_ethics/sp/sem_quito/presentaciones/maldonado.pdf#search=%22turismo%20comunitario%20OIT%22)> Acessado em 5 set 2009.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: EDUC/Moraes, 1989.

MITRAUD, Sylvia. (org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília, DF: WWF, 2003.

MÔNICA, Laura Della. **Turismo e Folclore: um binômio a ser cultuado**. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NIEHUES, Valdete Daufemback. **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006.

NITSCHKE, Leticia Bartoszeck; KOZEL, Salete. Reflexões sobre uma abordagem fenomenológica do espaço vivido de famílias rurais relacionadas à atividade turística. **Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v.1, n.1, p. 52-61, jul./dez. 2006.

PANOSSO NETO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PORTAL INVESTNE. **Nordeste possui forte potencial para Turismo Rural**. 16 de Julho de 2009. Disponível em: <http://www.investne.com.br/Entrevistas/nordeste-possui-forte-potencial-para-turismo-rural>. Acesso 31 de agosto de 2009.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Aspectos Culturais do turismo no espaço rural. In: \_\_\_\_\_ et al. (orgs). **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006. p.3-4.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Bordas, Paris: 1988.

RODRIGUES, Balastrieri Adyr. **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, C. G. O. A dinâmica do turismo em espaços rurais: o caso do Arraial de Conceição do Ibitipoca (MG). In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10. 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** 4 de ago de 2000.

RUSCHMANN, Doris van de M. "O turismo rural e o desenvolvimento sustentável". In: ALMEIDA, FROEHLICH, RIEDL. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4.ed. Campinas-SP: Papyrus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6.ed. São Paulo: Papyrus, 2000. (coleção turismo).

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANO; Luzia Neide. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, p. 4-24, abr 2009. Trimestral.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. El turismo como fenómeno histórico. **Estudios y Perspectivas del Turismo**, v.13, p. 290 - 300, 2004.

SAMPAIO, C. A. C. *et al.*. Análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. **Revista de Negócios**, v.10, p.288 - 301, 2005.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de Base Comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. *In*: BRATHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs). **Turismo de base comunitário: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p 142-161.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de política Agrícola**. Ano XVI, nº. 3, p. 15-34, Jul./Ago./Set. 2007.

SILVA, Claudia Maria Moreira da. **"...Em busca da realidade..."**: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN). 2007. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Departamento de Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2007.

TOMAZZI, Nelson Dacio. **Inicialização à Sociologia**. 3 ed. São Paulo: Atual. 1998.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. 7. ed. São Paulo: Senac, 2004.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande de Sul. **Schistosoma mansoni**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/para-site/siteantigo/Imagensatlas/animalia/Schistosoma%20mansoni.htm>. Acessado em 13 de julho de 2010.

VIEIRA, João Martins. O novo Turismo. **Cadernos de economia**. out/dez 2004. p 136-140.

ZIMMERMAN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. *In*: ALMEIDA, Joaquim, Anécio; FROELICH, José Maços; RIEDL, Mário (Orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2004. p.127-142. (coleção turismo).

ZORN, Elayne; FARTHING, Linda Clare. *Communitarian tourism: hosts and Mediators in Peru*. ***Annals of Tourism Research***. 2007, v. 34, n. 3, p. 673-689.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2003.

## APÉNDICES



## ANEXOS

### ANEXO A - Residências do Catu



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2010.

## ANEXO B - Capela



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2010.

## ANEXO C - Exemplos da Fauna e Flora do Catu



Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.